U.PORTO

FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM TRADUÇÃO E SERVIÇOS LINGUÍSTICOS
ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO – TRADUÇÃO ESPECIALIZADA

Relatório de Estágio na Comissão Europeia

Helena Sofia Relvão Luís dos Santos

M

2019

Helena Sofia Relvão Luís dos Santos

Relatório de Estágio na Comissão Europeia

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Tradução e Serviços Linguístico, orientada pela Professora Doutora Elena Galvão

Supervisora de Estágio: Dr.ª Elisabete Nunes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2019

Relatório de estágio na Comissão Europeia

Helena Sofia Relvão Luís dos Santos

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos
orientado pela Professora Doutora Elena Galvão

Supervisora de Estágio: Dr.ª Elisabete Nunes

Membros do Júri

Professor Doutor Thomas Hüsgen
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Rui Sousa Silva
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Elena Galvão
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

«Without translation, we would be living
in provinces bordering on silence. »

George Steiner

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 08/11/2019

Helena Sofia Relvão Luís dos Santos

Índice

Índice de figuras 10
Agradecimentos 11
Resumo 13
Abstract 14
Lista de abreviaturas e siglas 15
Introdução 16
Capítulo 1 – A Comissão Europeia e a Direção-Geral da Tradução 17
1.1. Porquê a Comissão Europeia? 17
1.2. Processo de Candidatura 19
1.3. A Comissão Europeia 20
1.3.1. Composição e funções 20
1.3.2. Tomada de decisões e legislação na UE 21
1.3.3. Multilinguismo 22
1.4. Tradução na Comissão Europeia 24
1.4.1. A Direção-Geral da Tradução 24
1.4.1.1. O Departamento de Língua Portuguesa 26
1.4.1.2. Documentos e domínios traduzidos 27
1.4.1.3. Tradução jurídica na CE 27
1.4.1.4. Além da tradução jurídica 29
1.4.1.5. Trabalho em equipa 29
1.5. Inglês como língua franca 31
1.5.1. Problemáticas do inglês como língua de partida 33
1.6. Estratégias e técnicas de tradução na Comissão Europeia 34
1.6.1. Recursos 38
1.6.2. Fluxo de trabalho na DGT 43
1.6.3. Projetos de tradução 44
Capítulo 2 – Descrição do Estágio 47
2.1. Estagiar na Comissão Europeia 47
2.2. Introdução dos estagiários à CE 48
2.2.1. Sessão de Boas-Vindas 48
2.2.2. Sessão de apresentação da Direção-Geral da Tradução 49

2.3. Formações 49
2.3.1. Formações obrigatórias 49
2.3.1.1. Getting started at DGT 50
2.3.1.2. Tradesk and Translation Workflow 50
2.3.1.3. Translation Databases Support 50
2.3.1.4. Legiswrite 51
2.3.1.5. SDL Trados Studio (I, II e III) 51
2.3.2. Formações facultativas 51
2.4. Visitas 52
2.4.1. Visitas em Bruxelas 52
2.4.2. Visitas no Luxemburgo 53
2.4.3. Visita a Estrasburgo 53
2.4.4. Conferência de despedida 53
2.5. Subcomités 54
Capítulo 3 – Casos práticos 55
3.1. Projeto de Terminologia 55
3.1.1. Exigências dos projetos de terminologia 57
3.1.2. Procedimento 57
3.1.3. Terminologia na Prática 58
3.1.3.1. Tradução de termos – alguns exemplos 59
3.1.3.2. Preenchimento de fichas IATE 63
3.1.3.3. Fichas IATE criadas 65
3.1.3.4. Conclusão sobre o projeto 66
3.2. Desafios de Tradução 67
3.2.1. Visão geral sobre as traduções realizadas 67
3.2.2. Exemplos 68
3.2.2.1. TAXUD-2019-80072-00-01 68
3.2.2.2. EAC-2019-00190-00-00 73
3.2.2.3. SANTE-2019-80288-01-00 78
3.2.2.4. PP-2019-01230-00-00 82
3.2.2.5. GROW-2017-01138-00-22 85
3.2.2.6. SANTE-2018-96525-00-99 87
Conclusão 91
Referências bibliográficas 94

Anexos 98
Anexo I – Lista de atividades realizadas 98
Anexo II - *Tradesk* 101
Anexo III – Exemplo de uma *Job Sheet* 102
Anexo IV – Estatísticas das correspondências nas memórias de tradução no Tradesk 103
Anexo V – Tabela de peças de bicicletas: designação da peça; código do sistema harmonizado (SH) e valor de importação 104
Anexo VI – Certificado de início de estágio 108
Anexo VII – Certificado de finalização de estágio 109
Anexo VIII – Relatório de estágio redigido para a Comissão Europeia 110
Anexo IX – Relatório de estágio redigido pela supervisora da DGT 112

Índice de figuras

Figura 1 – Parte da interface do Tradesk 45

Figura 2 – Interface do *CAT-Client* 45

Figura 3 – *B.B. Shell* 60

Figura 4 – Ficha terminológica da IATE para o termo *tubo frontal* como correspondente de *head tube* 63

Figura 5 – Gráfico com o número de páginas traduzidas para cada DG 67

Figura 6 - Percentagem de tipos de texto traduzidos de acordo com o número total de documentos 68

Agradecimentos

À Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e em particular ao MTSL, por todo o conhecimento partilhado, em especial:

À Professora Doutora Elena Galvão, pela orientação do estágio, pela amizade, pelos sábios conselhos ao longo de todo o mestrado e por me ter incentivado a avançar com este estágio.

À Comissão Europeia, pela oportunidade única que me providenciou com este estágio e, em particular, ao Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução, por todos os ensinamentos e acompanhamento, em especial:

À Elisabete Nunes, por me ter acompanhado como supervisora ao longo do estágio, por me esclarecer todas as dúvidas que surgiram e pela amizade;

Ao Hilário Fontes, por todos os conhecimentos partilhados, pelos esclarecimentos de todas as dúvidas que coloquei, bem como pelo apoio durante todo o estágio;

À Regina Canelas, por me ter recebido no primeiro dia do estágio e pelas orientações, por ter estado sempre presente, por todo o apoio, pelos conselhos e por todas as experiências partilhadas;

Ao António Sacras, por todo o apoio ao longo da minha experiência no Luxemburgo, por toda a amizade, conselhos e por toda a sabedoria partilhada;

Ao Paulo Correia, pela partilha de conhecimentos, dicas e acompanhamento ao longo de um extenso projeto de terminologia.

A toda a equipa da unidade PT.2. por me acolherem de braços abertos desde o primeiro dia, e por me terem permitido vivenciar um estágio único, com uma equipa de excelência.

À minha família, por me apoiar sempre, em especial:

Aos meus pais, João Santos e Luísa Santos, por todo o apoio incondicional na minha experiência no Luxemburgo, bem como durante toda a minha vida académica, por nunca deixarem de acreditar em mim e por estarem sempre presentes nos bons e maus momentos.

Aos meus avós António Macedo e Manuela Relvão, por todo o apoio, preocupação e carinho.

Aos meus avós João Luís e Glória Santos, por todo o apoio ao longo da minha formação.

Ao José Assunção, por ter estado presente nesta jornada desde o início, por todo apoio incondicional, por estar sempre lá, por toda a força partilhada e, acima de tudo, por ser sempre a minha grande companhia em qualquer circunstância.

À Maria Dias, pela empatia durante e após o estágio, por todos os conselhos a nível de experiência académica e pela amizade de longa data.

Resumo

O presente relatório visa apresentar e descrever o estágio na Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia, no Luxemburgo, que decorreu de março a julho de 2019.

O primeiro capítulo faz uma descrição da função e estrutura da Comissão Europeia, descrevendo a importância do multilinguismo na União Europeia. De seguida neste capítulo, é apresentada a Direção-Geral da Tradução e o Departamento de Língua Portuguesa, especificando os tipos de documentos traduzidos, a utilização do inglês como língua franca, as estratégias e técnicas desenvolvidas, o processo de tradução, os recursos utilizados no processo de tradução e o fluxo de trabalho nesta Direção-Geral. No segundo capítulo é feita a descrição do processo do estágio, incluindo as formações frequentadas, bem como as visitas e os projetos realizados. No terceiro capítulo são apresentados alguns exemplos práticos do trabalho realizado durante o estágio: um projeto de terminologia e alguns exemplos de desafios de tradução.

Palavras-chave: estágio, instituições europeias, Direção-Geral da Tradução, tradução, terminologia

Abstract

This report aims to present and describe the traineeship at the Directorate-General for Translation of the European Commission, in Luxembourg, which took place from March to July 2019. The first chapter addresses the function and structure of the European Commission, describing the importance of multilingualism in the European Union. It then discusses the role played by the Directorate-General for Translation, as well the Portuguese Department, specifying the types of document translated, the use of English as a lingua franca, the acquired strategies and techniques, the process of translation, the resources used in the process of translation and the workflow in this Directorate-General. The second chapter describes the whole process of the traineeship, including the training courses, the study visits and the projects. The third chapter presents some practical examples of the work carried out during the traineeship: a terminology project and examples of translation challenges.

Keywords: traineeship, European institutions, Directorate-General for Translation, translation, terminology

Lista de abreviaturas e siglas

BDT – Base de Dados Terminológica

CAT – *Computer-Assisted Translation*

CE – Comissão Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

DG – Direção-Geral

DGT – Direção-Geral da Tradução

DLP – Departamento de Língua Portuguesa

EMT – *European Master's in Translation*

EPSO - *European Personnel Selection Office*

Euramis - *European advanced multilingual information system*

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

IATE – *Inter-Active Terminology for Europe*

ILF – Inglês como língua franca

JO – Jornal Oficial da União Europeia

LC – Língua de chegada

LP – Língua de partida

MT – Memória de tradução

MTSL – Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos

NC – Nomenclatura Combinada

PE – Parlamento Europeu

SH – Sistema Harmonizado

TA – Tradução automática

TC – Texto de chegada

TCE – Tribunal de Contas Europeu

TP – Texto de partida

Tradesk – Translator's Desktop

UE – União Europeia

Introdução

O presente relatório de estágio visa descrever detalhadamente todo o processo do estágio na Unidade PT.2 do Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia, que decorreu no Luxemburgo entre março e julho de 2019.

Na primeira parte do primeiro capítulo, é explicado o motivo da escolha deste estágio, bem como o procedimento de candidatura. Posteriormente, é realizada a descrição da estrutura e função da Comissão Europeia (CE) no âmbito da União Europeia (UE), e explicitada a importância do multilinguismo na UE. De seguida, é apresentada a Direção-Geral da Tradução (DGT) e o seu papel no funcionamento da Comissão Europeia, sendo igualmente apresentado o Departamento de Língua Portuguesa (DLP) da DGT, no qual estive integrada durante o estágio. Ao longo deste capítulo, são apresentados os vários tipos de documentos e domínios traduzidos, as especificidades da tradução jurídica nesta instituição, bem como a importância do trabalho em equipa. Além disso, é também explicado o impacto que o inglês utilizado como língua franca na UE tem na tradução. De seguida, são apresentadas as estratégias e técnicas de tradução, os recursos utilizados e o fluxo de trabalho na DGT.

No segundo capítulo procura-se apresentar de forma descritiva toda a experiência como estagiária na CE, bem como os procedimentos que fazem parte do próprio programa de estágios, que inclui formações, visitas de estudo e, em alguns casos, a participação em projetos organizados entre estagiários.

Por fim, o terceiro capítulo visa descrever e analisar exemplos concretos de casos práticos, incluindo um projeto de terminologia realizado em conjunto com a equipa linguística do DLP e exemplos de desafios de tradução, explicitando a forma como foram solucionados alguns dos problemas de tradução considerados mais relevantes.

O relatório no seu conjunto visa apresentar a minha perspetiva sobre a tradução para esta instituição europeia, tendo em conta a minha formação no MTSL e os conhecimentos que adquiri ao longo do estágio.

Capítulo 1 – A Comissão Europeia e a Direção-Geral da Tradução

1.1. Porquê a Comissão Europeia?

Ao começar a frequentar o Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, considerei que a realização de um estágio curricular seria a melhor forma de aplicar os conhecimentos que adquiri ao longo da minha formação académica e, além disso, esta possibilidade ajudar-me-ia a compreender melhor a forma como funciona o mercado da tradução.

A escolha do estágio curricular como complemento ao mestrado não foi um processo fácil. Ocorreram-me várias opções, desde empresas de tradução nacionais e até mesmo a possibilidade de realizar um estágio no âmbito do programa *Erasmus*. Após alguma reflexão, decidi informar-me junto dos professores do mestrado sobre quais seriam as melhores opções para o meu percurso, até que surgiu a ideia de concorrer a um estágio numa instituição europeia – ideia esta um pouco arriscada, uma vez que o processo de candidatura é um pouco mais complexo comparativamente aos estágios em empresas nacionais e, além disso, a entrada neste tipo de estágio não está garantida à partida, dado o número potencialmente elevado de candidatos. Foram várias as candidaturas que realizei e a primeira foi a candidatura ao programa *Blue Book* da Comissão Europeia, na vertente de tradução, que decorreu ainda antes do início do segundo ano do mestrado.

Sempre me fascinou a grande diversidade de línguas que existe no mundo em que vivemos, bem como a forma como essas línguas refletem as mais diversas culturas. Acredito que uma das melhores formas de aceder a esta diversidade cultural e linguística é através do contacto direto com os próprios nativos. Por esse motivo, considerei que um estágio num país que me desse acesso a esse contacto cultural e linguístico seria uma oportunidade única, não só para desenvolver as minhas línguas de trabalho, como também para desenvolver alguma sensibilidade relativamente a outras culturas diferentes da minha. Este fator é algo que considero também fundamental para o trabalho de um tradutor, uma vez que esta sensibilidade cultural ajuda a encontrar formas mais adequadas de adaptar uma determinada mensagem à cultura a que esta se

destina. Por este motivo, quando recebi a notícia de que tinha sido selecionada para o estágio da Comissão Europeia, não hesitei em aceitar.

Um dos motivos pelos quais decidi aceitar a proposta de estágio foi o facto de as línguas processuais da Comissão Europeia serem o inglês, o francês e o alemão. Dado que duas destas línguas são as minhas línguas de trabalho, considerei que seria uma boa oportunidade para as desenvolver e aproveitar para melhorar o meu francês. Além disso, cativou-me bastante a ideia de ter sido colocada na Unidade PT.2 do Departamento de Língua Portuguesa (DLP) da Direção-Geral da Tradução (DGT), no Luxemburgo, um país com três línguas oficiais: o alemão, o francês e o luxemburguês e que, além disso, recebe pessoas de todo o mundo, algo que faz com que tenha ainda mais diversidade quer a nível linguístico, quer a nível cultural. Achei que esta oportunidade seria uma ótima forma de me inserir num meio multicultural, fator este que me forçaria a falar outras línguas além da minha língua materna e, deste modo, a desenvolver as minhas línguas de trabalho.

A tradução tem um papel fundamental nas instituições europeias, não só devido ao facto de a UE ter a obrigação legal de disponibilizar toda a sua legislação aos seus cidadãos em todas as línguas oficiais[1], como também pelo facto de a tradução permitir o contacto das instituições europeias com o mundo exterior. Este fator torna a tradução um trabalho de extremo valor, pois sem ela não seria possível a disponibilização de informação relativa à UE aos seus cidadãos. Assim, considerei que um estágio na Comissão Europeia, além de me permitir aplicar os meus conhecimentos académicos, permitir-me-ia aprender com tradutores profissionais altamente especializados e experientes. Além disso, este estágio ajudar-me-ia também a compreender a forma como é abordada a tradução na Comissão Europeia, bem como a sua função na UE.

Deste modo, em agosto de 2018, decidi candidatar-me ao estágio *Blue Book*, na Direção-Geral da Tradução, oferecido pela Comissão Europeia, tendo sido selecionada para a sessão de março de 2019, no Departamento de Língua Portuguesa, Unidade PT.2, sediada no Luxemburgo.

[1] Regulamento n.º 1 que estabelece o regime linguístico da Comunidade Económica Europeia, com a última redação que lhe foi dada pelo Regulamento (UE) n.º 517/2013 do Conselho, de 13 de maio de 2013; https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/1958/1(1)/2013-07-01.

1.2. Processo de Candidatura

A seleção de estagiários para a Comissão Europeia tem a duração aproximada de seis meses e divide-se em três fases.

De modo a realizar a candidatura para um estágio na Comissão Europeia (CE), é necessário primeiro preencher um formulário de candidatura com os dados curriculares do candidato, incluindo a formação académica, a experiência profissional, o conhecimento de línguas, publicações (se aplicável), conhecimentos tecnológicos e, por fim, a motivação da candidatura redigida na língua materna. Excetuando a carta de motivação, o formulário deve ser preenchido numa da línguas processuais da Comissão Europeia (inglês, francês ou alemão).

Após ter preenchido este primeiro formulário de candidatura no *website* dos estágios da CE e através da conta *on-line* criada para a realização da mesma, entreguei o meu formulário em 13 de agosto de 2018.

O processo que se segue após a submissão da candidatura consiste na análise do formulário submetido por parte do Gabinete de Estágios da CE (*Traineeships Office)*, de modo a verificar a elegibilidade dos candidatos. Aqui é realizada a verificação dos currículos submetidos pelos candidatos e, caso se insiram nos critérios de elegibilidade para os estágios da CE, passam à fase seguinte.

Os candidatos aprovados na primeira fase são posteriormente notificados de que passaram à próxima fase. Nesta fase da candidatura, é necessária a apresentação de todos os documentos que comprovem as informações referidas no formulário submetido, de modo a garantir a sua autenticidade. Estes documentos são depois verificados e, caso sejam selecionados, os estagiários passam a fazer parte da lista *Blue Book* da CE, o que indica que são candidatos elegíveis para a realização de um estágio na instituição. A 30 de novembro de 2018 fui notificada pela CE de que tinha sido pré-selecionada e colocada na lista *Blue Book*. De acordo com o Gabinete de Estágios da CE, estar nesta lista não é uma garantia de que se receba uma oferta de estágio, visto que a lista contem até três vezes mais candidatos do que o número de vagas disponíveis.

Por fim, na terceira fase, os estagiários selecionados recebem uma oferta de estágio. Em 22 de janeiro de 2019 recebi a notificação de que tinha sido selecionada para realizar o

estágio na CE. Em 1 de março de 2019, teve início a minha experiência como estagiária na Comissão Europeia.

1.3. A Comissão Europeia

1.3.1. Composição e funções

A Comissão Europeia é o órgão executivo da União Europeia, trabalhando em estreita colaboração com o Parlamento Europeu (PE) e com o Conselho da União Europeia, as instituições que detêm o poder legislativo, na tomada de decisões para a UE. O Colégio de Comissários é atualmente constituído por 28 Comissários (um presidente, seis vice-presidentes e vinte e um comissários), sendo cada um deles indicado por um Estado-Membro e detendo uma especialização numa determinada área. O candidato à presidência da CE é proposto pelo Conselho Europeu. No entanto, para a sua tomada de posse, é necessária a maioria de votos por parte dos deputados do Parlamento Europeu. O principal objetivo da CE é salvaguardar os interesses da UE, sendo a função do seu presidente representar a instituição a nível externo e determinar as orientações políticas. Além disso, estabelece a organização interna do Colégio de Comissários (Comissão Europeia, 2019).

A CE tem quatro principais funções dentro da UE. Primeiro, tem a função de propor nova legislação para a União, com vista a proteger os interesses dos cidadãos, que será posteriormente discutida e aprovada, ou não, pelo Conselho da União Europeia e pelo Parlamento Europeu, que, entre si, discutem a adequação da legislação proposta pela CE. A segunda função consiste em gerir as políticas e orçamentos da UE estabelecendo, conjuntamente com o Parlamento e com o Conselho da UE, as situações prioritárias a serem financiadas pelos fundos da UE e sendo estas despesas controladas pelo Tribunal de Contas Europeu. A terceira função principal da Comissão é garantir o cumprimento e aplicação da legislação da UE nos Estados-Membros, advindo-lhe daí o cognome de *guardiã dos tratados.* Por fim, a quarta principal função da CE é representar a União a nível internacional, isto é, ser a voz da UE no que toca a tratados comerciais com países terceiros e a nível humanitário (Comissão Europeia, 2019).

1.3.2. Tomada de decisões e legislação na UE

O Colégio de Comissários reúne-se todas as semanas para discutir os interesses comuns dos Estados-Membros da UE, bem como questões políticas atuais. Deste modo, procuram chegar a um consenso com vista a alcançar os objetivos políticos em causa. Na Comissão, as decisões são tomadas de forma coletiva, na maior parte dos casos, através do consenso e nalguns casos através do voto entre os comissários (Comissão Europeia, 2019).

Em cada reunião é discutida uma questão relativa a uma determinada área específica, que depois é remetida para a Direção-Geral (DG) correspondente, para a redação da legislação. Cada DG é representada por um Diretor Geral, e é este que vai discutir as questões do domínio em causa com o Comissário correspondente. É a partir deste processo de tomada de decisões que são feitas as propostas de legislação, que serão posteriormente discutidas no Parlamento Europeu e no Conselho da União Europeia (*idem*).

Todas as questões discutidas na Comissão Europeia têm influência nos Estados-Membros e, conjuntamente com as decisões tomadas no Parlamento Europeu e no Conselho da UE, surgem vários atos legislativos, entre os quais regulamentos, diretivas, decisões, recomendações e pareceres. Os regulamentos são leis cujo conteúdo é vinculativo para todos os Estados-Membros da UE, e que devem ser diretamente aplicadas em todos os países da União. Por sua vez, as diretivas visam estabelecer um objetivo a ser alcançado por todos os Estados-Membros da UE. Nestes casos, cabe às autoridades nacionais estabelecer a forma como estes objetivos são alcançados, transpondo a diretiva em questão para a legislação nacional. As decisões podem ser dirigidas a determinados Estados-Membros e apenas vinculativas para estes. As recomendações e os pareceres não são vinculativos, não impondo obrigação às entidades a quem se destinam (Comissão Europeia, 2019).

Estes atos legislativos são publicados no Jornal Oficial da Comissão Europeia (JO) e, uma vez publicados, todos os cidadãos da UE têm a possibilidade de os consultar em qualquer uma das línguas oficiais da União Europeia.

1.3.3. Multilinguismo

Um dos princípios presentes desde a fundação das comunidades europeias[2], que antecederam a UE, foi o multilinguismo, respeitando as diferenças culturais e a diversidade linguística. Este princípio pode ser encontrado no artigo 3.º, n.º 2, do Tratado da União Europeia[3], estabelecendo que «a União respeita a riqueza da sua diversidade cultural e linguística e vela pela salvaguarda e pelo desenvolvimento do património cultural europeu». Além disso, o respeito e a igualdade entre as línguas dos Estados-Membros é igualmente importante, ou seja, todos os tratados devem ser redigidos em cada uma das línguas oficiais da UE (artigo 4.º, n.º 2, do Tratado da União Europeia). Por este motivo, a tradução tem uma grande importância nas instituições europeias, de modo a garantir o direito à língua e à igualdade linguística e cultural.

As línguas correspondem a representações linguísticas da cultura de cada país e, através da sua utilização, é possibilitada a salvaguarda da diversidade cultural e linguística dentro da União. Atualmente, são 24 as línguas oficiais da UE que funcionam como línguas representantes de cada um dos 28 Estados-Membros.

Por este motivo, a tradução tem um papel crucial nas instituições europeias. Qualquer ato legislativo da União tem impacto nos cidadãos e, por conseguinte, qualquer cidadão da UE tem o direito a ter acesso à legislação que o afete numa língua oficial do seu país (Wagner *et al.*, 2014: 3). Este fator é fulcral para garantir a igualdade entre Estados-Membros, valorizando cada uma das línguas oficiais e, graças ao trabalho dos tradutores, os cidadãos da UE têm a possibilidade de ter acesso a todos os documentos legislativos em vigor na União numa das línguas oficiais da UE.

Como *guardiã dos tratados*, uma das funções da Comissão Europeia é garantir que todos os Estados-Membros cumprem a legislação europeia. No entanto, a legislação não pode ser imposta aos cidadãos através de uma língua que não lhes é conhecida (*idem)*. Deste modo, através da disponibilização dos atos legislativos ao público em todas as línguas oficiais da UE, os cidadãos têm a possibilidade de aceder a toda essa informação

[2] A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (comunidades precedentes à atual União Europeia).

[3] Tratado da União Europeia disponível em:https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF

legislativa, sendo assim garantida a igualdade entre os Estados-Membros no que toca ao acesso à legislação.

De um modo geral, na Comissão Europeia, os atos legislativos são traduzidos a partir de uma das línguas processuais. No entanto, os textos finais não são considerados traduções oficiais, mas sim versões oficiais em cada uma das línguas oficiais da UE, garantindo o mesmo estatuto para cada uma delas: são textos legislativos igualmente autênticos (*ibidem*: 7). Por sua vez, nem todos os documentos produzidos na CE são traduzidos para todas a línguas oficiais. Tal depende da função da tradução final: caso se trate de um documento que requer a aplicação geral por parte de todos os Estados-Membros, este deverá ser traduzido em todas as línguas. Porém, quando o destinatário é um Estado-Membro específico, o documento pode ser apenas traduzido para a língua oficial que o representa na UE (*ibidem*: 9). Deste modo, procura-se também economizar nos custos de tradução nas instituições.

Além disso, alguns dos documentos internos da Comissão que não serão publicados, funcionando apenas para comunicação interna, são muitas vezes mantidos apenas numa das línguas processuais, uma vez que, à partida, os leitores dos documentos terão conhecimento suficiente da língua utilizada na redação desse documento.

Apesar de a redação de legislação ter um grande peso no trabalho quotidiano na CE, o tipo de textos produzidos na Comissão não passa apenas por atos legislativos. Além dos atos legislativos anteriormente referidos, existem inúmeras formas de comunicação que são fundamentais para o funcionamento desta instituição europeia não só a nível interno e entre a CE e as outras instituições europeias, como também entre a CE e os cidadãos. Além disso, tendo em conta o artigo 24.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia[4], todos os cidadãos europeus têm o direito de escrever a qualquer uma das instituições europeias na sua língua materna, desde que seja uma das línguas oficiais da UE, e receber uma resposta na mesma língua, algo que, inevitavelmente, envolve tradução.

[4] Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF

1.4. Tradução na Comissão Europeia

Como referido anteriormente, uma das principais funções da União Europeia é salvaguardar o multilinguismo e a diversidade linguística e cultural que a constituem. O trabalho dos tradutores tem, por isso, um grande peso nesta missão, uma vez que é o seu trabalho que permite que os atos legislativos sejam acessíveis aos cidadãos europeus, assegurando, além disso, a comunicação interna na Comissão Europeia, a comunicação entre a Comissão e as demais instituições europeias e entre ela e os cidadãos.

1.4.1. A Direção-Geral da Tradução

A Direção-Geral da Tradução é a DG responsável pela tradução dos textos escritos da Comissão Europeia de e para todas as línguas oficiais. É esta Direção-Geral que permite à Comissão garantir um estatuto de igualdade entre todas as línguas oficiais da UE.

A DGT está localizada em Bruxelas e no Luxemburgo, e o seu o dia-a-dia consiste na tradução de documentos redigidos na Comissão Europeia, bem como documentos a ela dirigidos, de e para qualquer uma das línguas oficiais da União Europeia. Além disso, a DGT assegura igualmente a tradução de outras línguas que não as oficiais da UE, para uma das suas línguas processuais, utilizando recursos internos ou externos.

O serviço de tradução da Comissão Europeia encontra-se subdividido em departamentos linguísticos, cada um correspondente a uma língua oficial, integrando tradutores altamente especializados e que têm essa língua como materna ou principal. No entanto, o facto de um departamento traduzir apenas para uma das línguas oficiais da UE não significa que os seus tradutores tenham apenas uma nacionalidade. Isto significa que, desde que os tradutores sejam fluentes na língua para a qual estão a traduzir, poderão integrar esse departamento. Atualmente, são 24 as línguas oficiais da União Europeia, o que implica a existência de 24 departamentos. As suas funções incluem a tradução de todo o tipo de textos oficiais da Comissão, entre os quais diretivas, regulamentos e decisões, para cada uma das línguas oficiais da UE.

Além disso, todas as comunicações dirigidas à Comissão, desde perguntas de deputados do Parlamento Europeu a cartas de cidadãos, passam por um processo de tradução – na maioria dos casos, estas comunicações são redigidas na língua materna ou principal do

remetente (desde que esta seja uma das línguas oficiais da UE) e devem ser traduzidas para uma das línguas processuais da CE para a sua leitura por parte da instituição (o destinatário). A resposta da Comissão é redigida numa dessas línguas processuais, por norma o inglês, sendo posteriormente traduzida para a língua com que o remetente inicial redigiu a comunicação. Apesar de ser um processo complexo, como já referido, qualquer cidadão da UE tem o direito de abordar as instituições europeias numa das línguas oficiais e receber uma resposta na mesma língua. Por esse motivo, o processo é necessário para garantir esse direito aos cidadãos.

No entanto, as línguas para as quais os textos são traduzidos dependem também do seu destinatário e do seu objetivo final, uma vez que há casos em que não é necessário traduzir o texto para todas as línguas oficiais da União Europeia. De acordo com Wagner et. al. (2014: 66), o destinatário do texto pode ser interno ou externo e este fator define a língua para a qual o texto será traduzido. Deste modo, alguns documentos são apenas traduzidos para algumas das línguas oficiais. Os documentos podem ser provenientes de entidades exteriores que se dirigem à CE; podem ser redigidos na CE e destinados a entidades exteriores ou simplesmente servir para comunicação interna (*idem*).

Quando um texto é proveniente de um Estado-Membro e dirigido à Comissão, este é normalmente redigido na língua oficial que o representa na União Europeia. Dado que o leitor do texto de chegada será um funcionário da instituição, este é normalmente traduzido para uma das línguas processuais da instituição (normalmente para o francês ou inglês) (*idem*). Por sua vez, quando o destinatário de um documento produzido na Comissão Europeia é externo à instituição e, caso se trate de um Estado-Membro específico, o documento poderá ser traduzido apenas para a língua oficial que representa esse país na UE. Por exemplo, numa resposta a uma carta de um cidadão dirigida à CE, uma vez que a tradução final se destina apenas ao cidadão que redigiu a carta, a língua para qual a resposta da CE será traduzida corresponde à língua que o cidadão utilizou para redigir a sua carta. Pelo contrário, os documentos utilizados para comunicação interna na instituição não são, na maior parte dos casos, traduzidos (*idem).* Desta forma,

as línguas para as quais os documentos da CE são traduzidos dependem da função final do texto e do seu destinatário.

Devido às suas características únicas, a Direção-Geral da Tradução é considerada um dos maiores serviços de tradução do mundo, trabalhando em todas as línguas oficiais da UE. Os serviços por ela prestados incluem não só tradução, mas também outros serviços linguísticos, entre os quais os serviços de terminologia. É a DGT que assegura que o público tenha acesso à legislação da UE e, além disso, permite consolidar o multilinguismo na União Europeia (Comissão Europeia, 2014: 2).

1.4.1.1. O Departamento de Língua Portuguesa

O Departamento de Língua Portuguesa da DGT encontra-se dividido em duas unidades: uma na Bélgica, em Bruxelas (unidade PT.1), e outra no Luxemburgo (unidade PT.2). No momento do meu estágio, a unidade portuguesa de Bruxelas era constituída por uma chefe de unidade, 4 assistentes e 31 tradutores. Por sua vez, a unidade do Luxemburgo, onde fui integrada, era constituída por um chefe de unidade a exercer funções interinamente, 22 tradutores e 2 assistentes. As unidades são coordenadas por um chefe de departamento, que tem na sua dependência uma equipa linguística constituída por 2 terminólogos, um coordenador linguístico e uma assistente.

Na sua maioria, os projetos de tradução do Departamento de Língua Portuguesa são realizados pelos respetivos tradutores. No entanto, quando o volume de trabalho é demasiado elevado na unidade, ou no caso de documentos específicos de algumas Direções-Gerais, os trabalhos de tradução são enviados para tradutores externos (*freelance*) que trabalham diretamente com a Comissão. Cerca de 30% das páginas traduzidas em 2018 pelo DLP foram externalizadas, sendo os documentos traduzidos no exterior revistos e avaliados pelos tradutores da DGT.

Além dos trabalhos de tradução, e tal como os outros departamentos da DGT, o Departamento de Língua Portuguesa realiza também projetos de terminologia, com vista a auxiliar o trabalho dos tradutores e atualizar e alimentar a base de dados terminológica interinstitucional da União Europeia, a *IATE*.

1.4.1.2. Documentos e domínios traduzidos

Apesar de a tradução de documentos legislativos ter um grande peso no trabalho dos tradutores da CE, este não envolve apenas esse tipo de textos, uma vez que existem inúmeros outros tipos de documentos que devem também ser traduzidos para as línguas oficiais da UE. Estes tipos de documentos incluem comunicados de imprensa, discursos, acordos, atas, relatórios, comunicações internas, *websites*, informações para os serviços internos, consultas públicas, entre outros. Isto leva a que os tradutores tenham a necessidade de se adaptarem a cada um dos registos que cada tipo de texto exige, sendo necessária versatilidade por parte do tradutor no que toca ao tipo de linguagem a utilizar e metodologias e estratégias de tradução.

Além da grande variedade de tipos de textos com os quais os tradutores da Comissão se deparam, há também uma grande variedade de domínios sobre os quais os tradutores devem ter algum conhecimento. Por esse motivo, na maior parte dos casos, os tradutores da CE são especializados em alguns domínios específicos, traduzindo textos dessas áreas de especialização com maior frequência.

Estas especializações incluem domínios como direito, estatística, mercado interno, educação, saúde, comércio, concorrência, agricultura, transporte, entre muitas outras áreas (Comissão Europeia, 2014: 6) e, com vista a garantir a consistência e coerência entre domínios, os tradutores são muitas vezes especializados nestas áreas. Este é um dos fatores que permitem garantir a qualidade da tradução e dos serviços linguísticos da Comissão Europeia.

De acordo com as estatísticas relativas à DGT publicadas em 2019, 49% das páginas traduzidas em 2018 consistiram em legislação europeia, 21% corresponderam a comunicações externas e conteúdo *on-line*, 10% a outros tipos de documentos oficiais, 9% a correspondência dirigida à Comissão, 8% a comunicações interinstitucionais (como por exemplo cartas de deputados do PE ou de parlamentos nacionais), 2% a consultas públicas e 1% a outros tipos de documentos (Comissão Europeia, 2019).

1.4.1.3. Tradução jurídica na CE

É normal que, devido ao teor dos documentos redigidos na Comissão Europeia, se considere de imediato que o principal tipo de tradução nesta instituição seja a tradução

jurídica. No entanto, os documentos legislativos produzidos nas instituições europeias têm especificidades próprias e requerem especial atenção no que toca à sua tradução.

Quando falamos de tradução jurídica, a maior dificuldade surge nas diferenças dos vários sistemas jurídicos nacionais e na forma como encontrar conceitos que sejam equivalentes entre si. Susan Šarčević (1988) defende que no processo de tradução jurídica, por vezes, procura-se encontrar equivalências funcionais através da obtenção de conceitos análogos (e.g. o nome de uma instituição na língua de chegada cuja função seja semelhante à da língua de partida); no entanto tal pode levar a uma tradução imprecisa e, por esse motivo, as equivalências entre sistemas jurídicos nacionais são meramente parciais, visto que são sistemas estruturados de maneira diferente de país para país (Šarčević, 1988).

O direito europeu, porém, constitui uma amálgama de sistemas jurídicos provenientes de vários países europeus. Numa fase inicial, com a formação da Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1957, a legislação europeia foi criada sob a influência de sistemas jurídicos tradicionais como os da Alemanha e da França e, desde a sua entrada na UE em 1973, também do Reino Unido. Desta forma, foram introduzidas questões jurídicas novas para alguns países (Čavoški, 2017: 59). Assim, surgiu um sistema jurídico completamente novo que difere dos sistemas jurídicos nacionais: um sistema jurídico não só híbrido, como também multilingue. Consequentemente, os tradutores das instituições europeias têm não só a necessidade de conseguir encontrar equivalências concetuais nas diferentes línguas oficiais, como também estabelecer neologismos para os novos conceitos legais que surgem com o desenvolvimento do direito europeu, a fim de diferenciar a terminologia referente ao direito nacional da terminologia utilizada no direito europeu (Čavoški, 2017: 60). Após a sua criação, esta terminologia deve ser seguida pelos tradutores das várias instituições a fim de assegurar a coerência entre os documentos legislativos europeus.

Deste modo, a tradução jurídica na UE exige especial atenção devido às convenções exigidas pelas próprias instituições. Além disso, o multilinguismo é um fator que, inevitavelmente, tem influência no produto final dos textos legislativos e oficiais e, por isso, é possível observar que surgem estilos de redação característicos das instituições

europeias que devem ser igualmente seguidos pelos tradutores. Esta característica única das instituições europeias leva ao surgimento de *euroletos* (Sosoni e Biel, 2018: 3).

1.4.1.4. Além da tradução jurídica

No entanto, como referido anteriormente, traduzir para a Comissão Europeia não se restringe apenas a uma área, nem a um único tipo de texto. De acordo com Lucja Biel (2017: 33), para além da tradução de textos legislativos, a tradução nas instituições europeias pode ser subdividida de acordo com o tipo de público-alvo, compreendendo textos que vão desde *expert-to-expert* (de especialistas para especialistas) a *expert-to-lay* (de especialistas para não especialistas). O primeiro tipo corresponde a textos especializados em determinadas áreas, cujo público-alvo é constituído por especialistas dessa mesma área, entre os quais relatórios, atas e acordos internacionais. O segundo tipo é referente aos textos dirigidos ao público em geral e inclui brochuras, comunicados de imprensa, *websites* e até mesmo legendagem – tipos de textos que exigem uma abordagem mais criativa na sua tradução. Por conseguinte, a tradução realizada na Comissão Europeia não consiste apenas em tradução jurídica, uma vez que são variadíssimos os tipos de texto e domínios que surgem para tradução no dia-a-dia dos diferentes departamentos linguísticos da DGT.

Contudo, independentemente do género textual a traduzir, o principal objetivo do trabalho dos tradutores na CE é garantir não só a comunicação intra- e interinstitucional, como também a comunicação com o mundo e, acima de tudo, com os cidadãos europeus, assegurando assim a igualdade hierárquica entre todas as línguas oficiais da União Europeia.

1.4.1.5. Trabalho em equipa

O trabalho de equipa é um fator extremamente importante para garantir a qualidade dos produtos finais de tradução na DGT, e são vários os intervenientes que contribuem para que se produzam boas traduções. Nos departamentos linguísticos da DGT, as traduções finais envolvem muitas vezes não apenas os tradutores dos textos, mas também outros tradutores que fazem a revisão, terminólogos, especialistas e até mesmo os próprios autores.

Estes participantes têm um papel fundamental no auxílio à tradução, contribuindo igualmente para uma melhor qualidade do texto de chegada. As descrições que se seguem são baseadas na minha experiência na Unidade PT.2 e não pretendem representar a DGT no seu todo, uma vez que o funcionamento interno de cada departamento linguístico ou unidade pode diferir do do DLP e da Unidade PT.2.

Revisão

Quando um tradutor recebe um texto para traduzir, normalmente, é ao mesmo tempo atribuída a tarefa de revisão dessa tradução a outro tradutor. Com base na minha experiência na unidade PT.2, à medida que as dificuldades iam surgindo, tornou-se importante ir comunicando com o revisor a fim de discutir ideias e esclarecer dúvidas.
Na Unidade PT.2, a regra é o tradutor a ter a última palavra (excetuando os tradutores em estágio), pelo que as alterações propostas em fase de revisão poderão ser incorporadas no texto final ou rejeitadas pelo tradutor.

Terminólogos

Em cada departamento linguístico da DGT existem terminólogos, em dedicação exclusiva ou a tempo parcial, que desempenham igualmente um papel de extrema importância no processo de tradução. Quando se trata de traduzir textos altamente especializados com muita terminologia específica, por vezes os tradutores recorrem aos terminólogos para obterem auxílio na pesquisa terminológica. Isto constitui, por um lado, uma garantia de que a terminologia utilizada no texto é mais a adequada para o domínio em questão e, por outro lado, permite aos tradutores concentrarem-se mais no trabalho de tradução, reduzindo o tempo necessário para terminar a tradução.

Especialistas

Os especialistas (no jargão da União Europeia: *peritos*) são profissionais nativos na língua de chegada com uma especialização numa determinada área que ajudam na tradução de determinados termos de textos especializados. Em certos casos, a pedido da respetiva Direção-Geral, poderão mesmo verificar a tradução finalizada pela unidade de tradução e efetuar uma nova revisão. Em regra, os peritos pertencem aos quadros das administrações públicas nacionais.

Autores

Quando confrontados com dificuldades de interpretação do texto de partida, os tradutores podem também contactar os autores, com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre terminologia, o sentido de determinadas expressões ou até mesmo frases inteiras. Estes contactos e as respostas dos autores são registados no dossiê do documento e todos os tradutores das diferentes línguas são avisados automaticamente cada vez que é inserida uma nova informação. Normalmente, as questões de interpretação colocadas pelos tradutores levam os autores a alterarem a redação do original para corrigir ou desambiguar as frases em questão.

1.5. Inglês como língua franca

Na comunicação entre falantes nativos de diferentes línguas surge, por norma, a necessidade de utilizar uma língua comum a todos. Com a crescente internacionalização do mundo atual, a língua inglesa tem vindo a crescer como língua comum (*língua franca*) a fim de quebrar as barreiras linguísticas que advêm do meio multilíngue (Comissão Europeia, 2011: 25). No meio europeu, a utilização do inglês como língua franca (ILF) fez com que começasse a surgir um novo tipo de inglês, que é possível diferenciar do inglês utilizado por falantes nativos. Este novo tipo de inglês é, por vezes, denominado *inglês europeu* (Modiano, 2001: 13).

Com a sua crescente utilização, é possível observar que começam a surgir várias diferenças entre o inglês falado por nativos (e.g. britânico e americano) e o *inglês europeu*, desenvolvido por falantes da língua inglesa como língua estrangeira na Europa (Mollin, 2006: 47) e que, até certo ponto, desenvolveu as suas próprias regras (Tribunal de Contas Europeu, 2016: 2). Nas instituições europeias, incluindo a Comissão Europeia, esta língua é utilizada em vários meios de comunicação entre os quais a comunicação escrita, como por exemplo na redação de textos legislativos e outros tipos de textos oficiais, bem como na comunicação oral, que inclui a comunicação diária entre os funcionários das instituições, jornalistas e políticos (Mollin, 2006: 47*)*. A sua utilização neste contexto ao longo do tempo levou ao aparecimento de uma nova

variante da língua inglesa com neologismos e jargão próprios das instituições. Tal variante é também utilizada nos documentos emanados pela UE.

Nos primórdios das comunidades europeias, o francês e o alemão eram as línguas de partida das traduções na Comissão Europeia, bem como as línguas utilizadas para a comunicação entre os funcionários das instituições europeias. No entanto, com a entrada do Reino Unido e da Irlanda na Comunidade Económica Europeia em 1973, o inglês começou a emergir, não só como língua franca dentro das instituições, mas também como língua de partida das traduções. Em 1997, 40.5% dos textos de partida na Comissão Europeia eram redigidos em francês, 5.5% em alemão e 45% em inglês (Čavoški, 2017: 62). Atualmente, é possível verificar um grande crescimento do inglês como língua de partida, sendo cerca de 85,9% dos textos redigidos originalmente em inglês, 3,3% em francês e 1,7 % em alemão (Comissão Europeia, 2019). É, por isso, possível constatar que o inglês se tornou na língua franca mais utilizada nas instituições europeias. Esta grande utilização do ILF deve-se também ao facto de que muitos dos cidadãos dos países que aderiram à UE mais recentemente não dominam o francês, utilizando o inglês como a sua primeira língua estrangeira (*idem*).

Porém, o desenvolvimento do *inglês europeu* fez com que surgissem algumas diferenças a nível semântico na utilização de certos termos comparativamente ao inglês utilizado pelos falantes nativos, como por exemplo a utilização do termo *actual* com o significado de *current* (sob influência de outras línguas europeias como o francês) (Mollin, 2006: 47), *third countries*, que se refere a países não pertencentes à União Europeia, e até mesmo a noção de *Member State*, referente aos países pertencentes à União Europeia (Balič, 2016: 135). Além disso, o ILF na UE levou também ao surgimento de neologismos utilizados para representar questões específicas da UE, como *Euro zone*, correspondente à zona da UE onde a moeda *euro* é utilizada (*idem*). Deste modo, é possível observar uma evolução do ILF a nível das instituições europeias, com o surgimento de calques provenientes do constante contacto com outras línguas europeias, a utilização de termos em inglês com um valor semântico diferente dos mesmos termos utilizados por nativos do inglês e, além disso, a criação de

neologismos referentes à realidade das instituições europeias por forma a representar conceitos que advêm da própria União Europeia.

1.5.1. Problemáticas do inglês como língua de partida

O surgimento desta nova utilização da língua inglesa trouxe, porém, alguns problemas, visto que, na maior parte dos casos, os textos não são redigidos por nativos e, além disso, são redigidos coletivamente. Por vezes surge a utilização de *falsos amigos* e também de calques de certas línguas (como o francês) para o inglês (Wagner *et al.*, 2014: 69). Um exemplo para esta questão pode ser o facto de, por vezes, surgirem termos como *delay* (EN) como correspondente de *délai* (FR), quando na verdade, este último termo significa *deadline* em inglês (*idem*). Casos deste tipo levantam problemas na tradução para as várias línguas visto que são erros que aparecem normalmente na redação em inglês dos documentos oficiais que deverão posteriormente ser traduzidos. Para o exemplo supracitado, se o tradutor optar por traduzir literalmente o termo *delay* que surge no original, a sua tradução seria, naturalmente, *atraso*; no entanto, se o significado pretendido na utilização do termo *delay* for o significado de *délai*, a sua redação no original em inglês deveria ser *deadline*, ou seja, *prazo* em português. Por este motivo, há a necessidade de estar atento a este tipo de erros nos originais, procurando sempre entender o contexto daquilo que é apresentado, bem como a mensagem que o autor pretende transmitir.

Um estudo[5] realizado pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE) confirma que é comum a utilização errónea de termos em inglês que constam em diversas publicações da União Europeia, listando vários destes termos e explicando o seu significado no inglês falado por nativos, bem como o contexto em que são utilizados erroneamente nos textos da UE. Esta utilização errada de certos termos do inglês, tais como os exemplos anteriormente referidos, pode trazer problemas de interpretação ao tradutor, que deverá procurar *decifrar* o significado pretendido em cada um destes termos: este é um desafio importante na tradução para as instituições europeias, uma vez que uma interpretação

[5] Este estudo pode ser encontrado em: https://www.eca.europa.eu/Other%20publications/EN_TERMINOLOGY_PUBLICATION/EN_TERMINOLOGY_PUBLICATION.pdf

errada do texto original pode comprometer a qualidade da tradução. Torna-se assim essencial manter o contacto com os autores a fim de compreender a mensagem pretendida no texto de partida.

Importa também referir que os textos produzidos em ILF na UE têm evoluído como textos híbridos que refletem também influências de outras línguas. Deste modo, o papel dos tradutores consiste em quebrar o hibridismo presente nesses textos, tornando o texto de chegada claro e *natural* para o leitor final (Albl-Mikasa, 2018: 378).

1.6. Estratégias e técnicas de tradução na Comissão Europeia

Na DGT, como referido anteriormente, os tipos de textos a traduzir podem ser muito variados. É necessário, por isso, ter em atenção os principais elementos que constituem um texto, tais como a linguagem utilizada, o registo, a terminologia, bem como a forma como estes elementos devem ser transpostos no texto de chegada. De acordo com Gambier (2010: 413), é difícil definir um único tipo de estratégia de tradução, visto que os tipos de textos podem ser extremamente variados. Por esse motivo, as estratégias de tradução devem ser adaptadas consoante o tipo de texto que nos chega às mãos. No entanto, apesar de os tipos de texto poderem ser muito diversos na Comissão Europeia, o tipo de texto predominante é o texto legislativo.

O facto de o MTSL ser um dos mestrados que integram a rede *European Master's in Translation* (EMT) equipou-me com competências que se vieram a tornar úteis para o meu estágio na Comissão Europeia. De acordo com Wagner *et al*. (2014: 43), os mestrados pertencentes ao EMT comprometem-se a preparar os seus alunos com competências linguísticas e interculturais, capacidade de realização de pesquisa terminológica, competências tecnológicas com a utilização de *software* específico de tradução e, além disso, alguma especialização em certos domínios (o facto de me ter especializado em tradução jurídica, por exemplo, tornou-se extremamente útil durante o meu estágio). Estas foram competências que me permitiram trabalhar com maior facilidade ao longo do estágio. No entanto, houve também metodologias que aprendi e desenvolvi ao deparar-me com os desafios específicos que surgem na tradução para a Comissão Europeia:

Importância da fidelidade

Reiss e Vermeer (1984: 102) defendem que uma tradução deve ser fiel à informação que está a ser transmitida no texto de partida (TP), sendo este um dos objetivos principais de qualquer tradução. A noção de *fidelidade* é definida por estes autores como uma ação de tradução que visa realizar a transferência coerente do texto de partida para o texto de chegada, tendo em conta a função que este irá desempenhar no contexto comunicativo da língua e cultura de chegada (*idem).* Este é um conceito de extrema importância na tradução para a CE, uma vez que as próprias traduções fazem parte do processo legislativo. Tal implica que uma tradução errada pode ter consequências gravíssimas, podendo levar à aplicação errada de uma diretiva ou regulamento, tendo posteriores consequências nos países que, devido a uma tradução errónea, não aplicaram a legislação de forma adequada (Čavoški, 2017: 59-60). Por este motivo, na Comissão Europeia, os tradutores devem conseguir fazer uma boa análise do TP a fim de transpor a mensagem pretendida no texto original para o texto de chegada de forma correta e fiel.

Coerência intertextual

Um dos pontos principais para a tradução de textos legislativos na Comissão Europeia é manter a coerência intertextual, isto é, garantir que a terminologia utilizada em atos legislativos relacionados entre si se mantém coerente. É normal que em certos textos oficiais produzidos na Comissão Europeia surjam referências a diretivas ou regulamentos previamente publicados e, visto que os Estados-Membros aplicam a legislação europeia tendo em conta a versão da língua oficial correspondente, é crucial que os tradutores utilizem a terminologia consagrada nessas versões.

Desta forma, quando surge uma referência a um dado ato legislativo antecedente, o tradutor deve verificar a terminologia utilizada na língua de chegada, a fim de garantir a coerência para com o texto antecedente e assegurar a continuidade da terminologia utilizada originalmente.

Contacto com os autores

Por vezes, quando se torna difícil de compreender o TP, e dada a sensibilidade da matéria de muitos dos documentos a traduzir na DGT, é importante contactar os autores

dos documentos a fim de esclarecer as dúvidas que possam surgir. Muitas das vezes os textos podem conter termos que são ambíguos, o que pode também comprometer a mensagem que é transposta para o TC. Por esse motivo, para estes casos, é importante entrar em contacto com o(s) autor(es) do texto. Além disso, é igualmente importante informar o autor de eventuais erros presentes nos documentos, para que não sejam transpostos para as traduções para as outras línguas.

Utilização de terminologia

Numa fase inicial do estágio, quando ainda me encontrava a aprender a forma como funciona a tradução para a CE, deparei-me com casos em que, apesar de a tradução que enviei para revisão estar correta, certos termos foram substituídos por outros termos sinónimos. Isto deve-se ao facto de a Comissão Europeia utilizar terminologia institucional específica, pelo que, ao longo do estágio, foi necessário desenvolver capacidades de pesquisa terminológica específica para a CE. Na maioria dos casos, e em especial na tradução de textos legislativos, foi necessário utilizar plataformas como a *IATE* e o *Euramis* a fim de garantir que a terminologia utilizada fosse a consagrada na Comissão.

Para a tradução nesta instituição, é necessário manter a terminologia utilizada nas traduções dos textos legislativos anteriores e, por isso, a pesquisa terminológica é extremamente importante para dar continuidade aos textos previamente traduzidos que estão relacionados com o texto que nos encontramos a traduzir.

Utilização do Guia do Tradutor

O *Guia do Tradutor*[6] é uma ferramenta muito utilizada no Departamento de Língua Portuguesa da DGT, apresentando regras de tradução que devem ser sempre seguidas, não só pelos tradutores, mas também pelos revisores e terminólogos.

Apesar de, durante o MTSL, ter já ouvido falar neste guia desenvolvido pela Comissão Europeia, tendo até analisado algumas das regras por ele apresentado, foram novas as técnicas que desenvolvi com a utilização deste guia. Por exemplo, a forma como deve

[6] Disponível em: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/styleguide_portuguese_dgt_pt.pdf

ser apresentada a subdivisão de um artigo de um determinado ato legislativo (1), ou a fórmula final de cortesia numa carta ao Representante Permanente de Portugal junto da UE (2).

(1) *Subdivisões dos artigos*

EN: *in article 1a(1)(a)(i)*

PT: *no artigo 1.º-A, n.º 1, alínea a), subalínea i)*

(Comissão Europeia, 2019: 33)

Numa fase inicial, antes de ter conhecimento da importância das regras de legística consignadas em documentos como o *Guia do Tradutor* (que se rege pelo *Código de Redação Interinstitucional*) traduzi este tipo de referência seguindo a sua apresentação no texto de partida em inglês: *no artigo 1a(1)(a)(i).* No entanto, após ter recebido a minha primeira revisão, apercebi-me de que existe uma regra específica para a subdivisão dos artigos presentes nos atos legislativos como diretivas ou regulamentos. Deste modo, a sua apresentação deve ser feita consoante a estrutura apresentada acima, *no artigo 1.º-A, n.º 1, alínea a), subalínea i),* seguindo esta ordem sempre que ocorra este tipo de referência.

(2) Ofícios dirigidos ao Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia

EN: *Yours sincerely*

PT: *Queira aceitar, Senhor Embaixador, os protestos da minha mais alta consideração.*

(Comissão Europeia, 2019: 184)

Antes de ter conhecimento desta forma de cortesia, não só para com o Representante Permanente, como também para com outras altas instâncias, como o Presidente da República, Ministros, etc., (nestes casos, é necessário substituir o título correspondente), a minha tradução inicial seria: *Com os melhores cumprimentos.* No entanto, quando se trata de altas instâncias, é obrigatória a utilização desta forma de cortesia.

Estes são apenas alguns exemplos de regras presentes no *Guia do Tradutor* que fui aprendendo ao longo do meu estágio.

Formatação dos textos oficiais

No final de cada tradução oficial que será disponibilizada ao público, é necessário seguir algumas das convenções de formatação da Comissão Europeia. Deste modo, no final de cada tradução de textos legislativos, os tradutores da DGT devem recorrer à ferramenta *Legiswrite*, a fim de assegurar uma formatação uniforme para todos os textos legislativos publicados.

O *Legiswrite* é uma ferramenta interna que serve para redigir a legislação europeia de acordo com as regras de legística em vigor e, após a finalização da tradução, permite aos tradutores verificar se as mesmas não foram adulteradas no processo de tradução.

Essa verificação final é efetuada a partir do menu *Legiswrite* no processador de texto.

Contextualização

Como em qualquer trabalho de tradução, o contexto é um elemento crucial para a obtenção de uma boa tradução. Na Comissão Europeia, por vezes são-nos entregues textos que, só por si, não nos fornecem todo o contexto de que necessitamos para compreender aquilo que estamos a traduzir. Por esse motivo, é necessário obter o máximo de recursos possível que nos permitam não só utilizar a terminologia mais adequada, mas também compreender o texto de partida. Um exemplo para esta questão é a tradução de respostas a cartas de cidadãos. Quando um tradutor recebe a resposta da Comissão a uma carta de um cidadão para a sua tradução, é extremamente importante verificar a carta que foi enviada à Comissão, a fim de nos podermos informar sobre o contexto e a situação comunicativa em que surgiu a missiva.

Além disso, como já referido, na tradução de qualquer texto oficial surgem inúmeras vezes referências a outros atos legislativos da UE e, por esse motivo, é necessário realizar alguma pesquisa dentro dos atos legislativos referidos, não só para garantir a utilização da terminologia adequada, mas também para a obtenção de contexto.

1.6.1. Recursos

O processo de tradução nas instituições europeias requer particular atenção relativamente às traduções mais antigas. Tal deve-se ao facto de haver a necessidade de

garantir que a terminologia utilizada é sempre a mesma, ou seja, assegurar a coerência entre textos oficiais. Assim, um dos princípios fundamentais no processo de tradução na Comissão Europeia é o princípio da economia, isto é, a reciclagem de traduções prévias. Para este fim, de modo a facilitar a pesquisa de textos anteriormente traduzidos e para garantir a coerência e consistência textual, os tradutores podem recorrer a ferramentas como o metamotor de pesquisa *Quest*, o sistema *Euramis*, a base de dados do direito europeu *EUR-Lex*, a base de dados terminológica *IATE*, a tradução automática, as memórias de tradução, os glossários, o *Código de Redação Interinstitucional*, o *Guia do Tradutor* e o *Wiki da Língua Portuguesa*. Segue-se uma breve apresentação de cada um destes recursos.

Quest

A ferramenta *Quest* é um metamotor de pesquisa desenvolvido pela DGT e disponível para as instituições europeias que permite realizar uma pesquisa rápida nas várias memórias de tradução e em diversas bases de dados, através da pesquisa de palavras-chave. Com esta ferramenta é possível pesquisar simultaneamente em várias bases de dados, como a *IATE*, ou em memórias de tradução, como o *Euramis*, o que permite acelerar o processo de pesquisa durante a tradução. Além disso, na Comissão Europeia, a ferramenta CAT *SDL Studio* dispõe de um atalho que permite pesquisar diretamente a partir do editor o termo ou expressão desejados nesta ferramenta.

Euramis

O *Euramis* (*European advanced multilingual information system*) é um outro sistema interno alimentado pelos serviços de tradução das várias instituições europeias, que são os seus principais utilizadores. Foi desenvolvido pela Comissão Europeia em 1995 (Parlamento Europeu, 2014) e comporta uma série de memórias de tradução de grandes dimensões com legislação, jurisprudência e a maior parte das traduções realizadas nas instituições europeias a partir de meados da década de 1990. Este sistema facilita o acesso às traduções anteriores, para que os tradutores possam utilizar de forma mais consistente a terminologia e fraseologia já consagradas. O *Euramis* apresenta as traduções segmentadas à frase e os resultados são apresentados de forma cronológica

invertida, ou seja, com as traduções mais recentes apresentadas em primeiro lugar: muitas vezes são feitas alterações em segmentos semelhantes, e a terminologia/fraseologia a ser utilizada deve ser a mais recente. Durante o estágio, esta foi uma das ferramentas às quais mais recorri durante o processo de tradução.

EUR-Lex

> *(...) Acesso generalizado, gratuito e ininterrupto aos documentos jurídicos oficiais produzidos pelas instituições e órgãos europeus desde 1952, de forma simples e intuitiva, em todas as línguas oficiais da União Europeia.*
>
> (Cruz, 2007: 43)

O *EUR-Lex*[7] é uma plataforma *on-line* que integra todas as publicações das séries L (Legislação) e C (Comunicações e Informações) do JO, tratados, legislação europeia, medidas de transposição para a legislação nacional, jurisprudência europeia, textos consolidados e perguntas parlamentares. É através deste sistema que o público pode aceder a toda a legislação da UE.

Este repositório é igualmente útil para os tradutores das instituições, uma vez que os textos legislativos contêm frequentemente referências a diretivas ou regulamentos específicos, que os tradutores devem obrigatoriamente pesquisar através do *EUR-Lex*, não só para utilizar a terminologia e nomes oficiais (por exemplo, os títulos dos textos legislativos que devem ser respeitados), mas também de modo a obter o contexto mais vasto para a tradução.

IATE

A *IATE* (*Inter-Active Terminology for Europe*)[8] corresponde a uma base de dados terminológica (BDT) desenvolvida para acolher as bases de dados terminológicas das diferentes instituições europeias, com o intuito de estabelecer a terminologia utilizada nos textos oficiais das instituições em todas as línguas oficiais da UE e, para alguns termos, também em latim.

[7] Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/homepage.html?locale=pt
[8] Disponível em: https://iate.europa.eu/home

A sua criação resultou da fusão de várias BDTs das instituições europeias, entre as quais o *Eurodicautom* (Comissão Europeia), a *TIS* (Conselho da UE), a *Euterpe* (Parlamento Europeu), a *Euroterms* (Centro de Tradução dos Organismos da UE) e a *CDCTERM* (Tribunal de Justiça) (IATE,2019). A partir de 2004, começou a ser utilizada pelas várias instituições europeias (*idem*) e o seu principal objetivo é assegurar a coerência de utilização terminológica nas instituições da UE, bem como a recolha de terminologia (Correia, 2007: 32). Esta base de dados foi disponibilizada gratuitamente ao público pela primeira vez em 2007 (*idem*) e tem vindo a aumentar, apresentando atualmente milhões de termos (IATE, 2019).

Trata-se de uma ferramenta útil para a tradução nas instituições europeias visto que permite manter a coerência, auxiliando igualmente os tradutores na obtenção de informação sobre os termos e na compreensão do(s) contexto(s) em que estes são utilizados. Além disso, os tradutores (para além das equipas terminológicas) podem acrescentar termos à *IATE* a qualquer momento. Esta BDT possibilita ainda a organização dos termos por domínios, o que facilita bastante o processo de pesquisa e, por conseguinte, o processo de tradução.

Tradução Automática

Desde 1976, a Comissão Europeia tem vindo a utilizar sistemas internos de tradução automática. O sistema atual (*eTranslation*) utiliza as técnicas mais recentes de redes neuronais e é alimentado com os corpora das memórias do sistema *Euramis* (essencialmente, legislação e jurisprudência europeias e documentos internos das instituições e órgãos da UE). O *eTranslation* está disponível para todas as instituições e órgãos da UE e também para as administrações nacionais dos Estados-Membros da UE e da Noruega e da Islândia (Comissão Europeia, 2019). Este sistema tem duas valências fundamentais: 1) permitir uma compreensão aproximada de um texto escrito numa língua que o recetor não compreende e 2) auxiliar o processo de tradução.

Memórias de Tradução

Da mesma forma que são utilizados os recursos acima referidos, as memórias de tradução têm também uma grande importância no fluxo de trabalho da DGT. Quando um tradutor recebe um documento para traduzir, por norma, ao criar o projeto para a tradução desse documento, este é acompanhado por memórias de tradução provenientes de alinhamentos de textos traduzidos anteriormente, com segmentos ou expressões semelhantes às do texto em questão. Desta forma, a ferramenta CAT vai sugerindo ao tradutor soluções tradutivas tendo em conta aquilo que foi previamente traduzido noutros documentos.

Glossários

Os glossários são também um recurso muito utilizado no processo tradução, nomeadamente quando se trata de documentos especializados num dado domínio. Podem ser desenvolvidos pelo departamento linguístico, extraídos da base de dados *IATE* ou criados pelos próprios tradutores durante o processo de tradução de um determinado documento. Constituem, por isso, um outro recurso extremamente útil de auxílio ao processo tradutivo.

Código de Redação Interinstitucional

O *Código de Redação Interinstitucional*[9] foi desenvolvido a fim de garantir a uniformização na redação de textos oficiais nas várias instituições europeias. Antes de este código existir, os vários autores tinham várias formas diferentes de redigir os seus textos, o que, por vezes, levava a algumas discrepâncias entre os vários textos oficiais. Assim, ao estabelecer regras de redação comuns, procura-se evitar erros e, além disso, garantir a consistência entre documentos oficiais. Desta forma, este código foi adaptado a cada uma das 24 línguas oficiais e deve ser seguido, não só pelos autores dos textos, mas também pelos tradutores das instituições, uma vez que estes são os responsáveis por tornar a legislação acessível ao público em cada uma das línguas oficiais.

[9] Disponível em: http://publications.europa.eu/code/pt/pt-000500.htm

Guia do Tradutor

O *Guia do Tradutor* é uma ferramenta desenvolvida unicamente para o Departamento de Língua Portuguesa da DGT. O objetivo deste guia é garantir a normalização e a qualidade de excelência nas traduções para o português nas várias instituições europeias. Este é um documento de referência extremamente importante no DLP, cujas regras devem ser respeitadas na tradução dos textos oficiais. A atual edição deste guia encontra-se dividida em duas partes, uma denominada *Traduzir para a Comissão Europeia*, onde se incluem regras para a tradução de atos jurídicos (e.g. diretivas, regulamentos e decisões), e outra denominada *Regras e Convenções Gerais*, que inclui regras de caráter geral destinadas a qualquer tradutor, entre as quais a redação de numerais, a utilização de maiúsculas e minúsculas, aspas, etc.

Wiki da língua portuguesa

O *Wiki da Língua Portuguesa* é um sistema interno interinstitucional utilizado pelos vários departamentos de língua portuguesa nas instituições europeias. Esta plataforma é utilizada nomeadamente no registo dos processos de pesquisa e investigação terminológica: apresenta de forma listada os vários projetos de terminologia desenvolvidos e, para cada um desses projetos, os termos trabalhados e uma explicação do processo de pesquisa que levou à solução tradutiva de cada termo (incluindo, por vezes, imagens).

Trata-se de uma ferramenta que pode ser útil no processo de tradução, uma vez que qualquer tradutor das instituições europeias tem acesso a uma explicação detalhada da forma como a tradução de certos termos foi obtida (algo que não é possível na *IATE*), auxiliando desta forma o processo tradutivo e garantindo uma utilização mais uniforme da terminologia a nível interinstitucional.

1.6.2. Fluxo de trabalho na DGT

O trabalho na DGT não consiste apenas em receber um documento e traduzi-lo. São várias as fases que antecedem o processo de tradução, bem como as que se seguem ao mesmo. O fluxo de trabalho da DGT pode ser dividido em três fases: a fase do pedido, a

fase do produto e a fase da tarefa. Em cada uma destas fases insere-se um *software* específico do sistema interno da Comissão Europeia: o *Poetry*, o *Mandesk* e o *Tradesk.*

É através do sistema *Poetry* que as diferentes Direções-Gerais realizam o pedido para a tradução do documento que pretendem traduzir para as várias línguas oficiais da UE. Aqui, as DGs podem carregar o documento a traduzir e, além disso, inserir vários documentos que possam servir de referência para a tradução do documento em questão (Comissão Europeia, 2008). Após o envio do pedido do cliente, segue-se a fase do produto, com o sistema *Mandesk*. É com este sistema que trabalha o secretariado de cada unidade da DGT e é através dele que as tarefas são atribuídas. Quando a tarefa é enviada aos tradutores, estes recebem o pedido através do sistema *Tradesk*[10].

Neste sistema, os tradutores podem encontrar várias informações relativas ao produto e às ações a realizar. Além das traduções (TRA), as ações realizadas pelos tradutores podem consistir em pós-edição rápida (PER), avaliações de traduções externas (EVA), avaliações de traduções realizadas no âmbito de um contrato entre uma determinada DG e uma agência de tradução (SPO), resumos escritos (RSE), resumos orais (RSO), retificações[11] (COR), revisões internas (RVN (int.)), revisões externas (RVN (ext.)), edição dos textos originais (EDI), entre outras. No entanto, as ações mais frequentes são as de TRA e RVN.

1.6.3. Projetos de tradução

Quando um tradutor recebe um projeto de tradução no *Tradesk* (figura 1), este inclui os seguintes elementos: a *JobSheet*[12] (normalmente entregue impressa ao tradutor), que indica todas as informações relativas à tradução: a língua de partida e de chegada, o código da tradução, o contacto do cliente que realizou o pedido, a versão do documento, o nome e contacto do tradutor e revisor, bem como comentários que possam ser importantes para a realização da tradução; referências para a tradução fornecidas pelo cliente; estatísticas das correspondências nas memórias de tradução[13] e o estado da tradução (que, em fase inicial, é apresentada em cor vermelha).

[10] Interface completa no anexo II
[11] Correções de especialistas ou modificações de legislações após a sua publicação
[12] Exemplo de uma *Jobsheet* no Anexo III
[13] Exemplo de estatísticas de correspondências no Anexo IV

DOSSIER-VERSION-PART	TASK CODE	TYPE	CONF	SL	TL	PRODUCT STATUS
GROW-2019-01182-00-00-TRA	TRA			EN	PT	Reviewed
GROW-2019-01182-01-00-TRA	**TRA**			**EN**	**PT**	**Reviewed**
DGT-2019-00724-00-00-TRA	TRA			EN	PT	Requested
DGT-2019-00724-01-00-TRA	TRA			EN	PT	Review
QE-2019-03954-01-00-TRA	TRA			EN	PT	Requested
QE-2019-04042-00-00-TRA	TRA			EN	PT	Requested
QE-2019-04062-00-00-TRA	TRA			EN	PT	Requested
QE-2019-04072-00-00-TRA	TRA			EN	PT	Requested
QE-2019-04080-00-00-TRA	TRA			FR	PT	Requested
QE-2019-04084-00-00-TRA	TRA			EN	PT	Requested
SANTE-2019-80288-00-00-TRA	TRA			EN	PT	Ongoing
SANTE-2019-80288-01-00-TRA	TRA			EN	PT	Ongoing

Figura 1 – Parte da interface do Tradesk (Ver anexo II para mais detalhes)

O tradutor terá de verificar, em primeiro lugar, os recursos de contexto e comentários fornecidos no *Tradesk*, uma vez que podem facilitar e auxiliar o processo de tradução; de seguida, ao criar o projeto a partir do *Tradesk*, o documento será redirecionado para a ferramenta *CAT-Client* (Figura 2)[14], uma ferramenta que serve de elo entre o *Tradesk* e o *SDL Studio*, uma das principais ferramentas de auxílio à tradução utilizadas pelos tradutores da DGT. Após a criação do projeto, a cor apresentada no *Tradesk* relativamente àquela tradução passa a ser o amarelo.

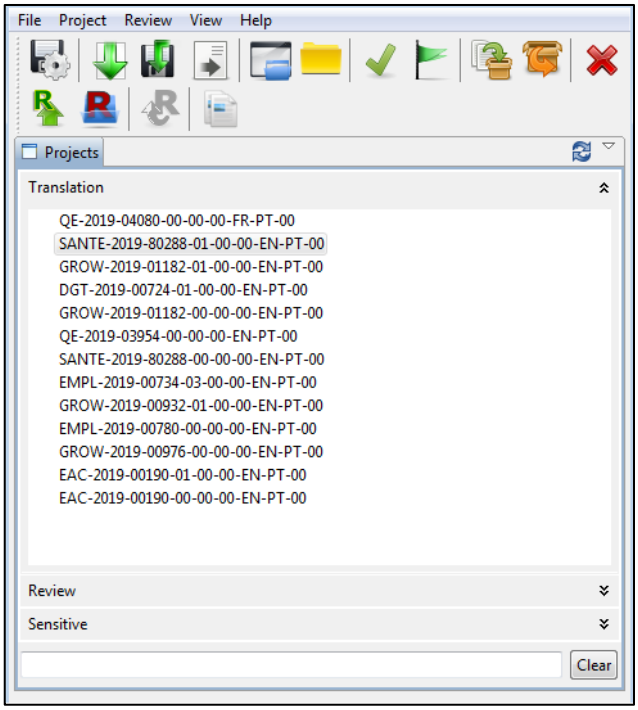


Figura 2 - Interface do CAT-Client

[14] É a partir do *CAT-Client* que os tradutores podem importar as memórias de tradução (MT) e de tradução automática; abrir o projeto para tradução no *SDL Studio*; enviar a tradução para revisão; abrir o documento com alterações após revisão; finalizar a tradução (enviando-a novamente para o *Tradesk)* e enviar a MT produzida durante a tradução para o *Euramis.*

No *CAT-Client*, o tradutor pode importar memórias de tradução para o futuro projeto do *SDL Studio* e também uma memória com tradução automática. Depois de importar estes recursos, para abrir o projeto no *SDL Studio*, o tradutor deve clicar na opção *open for translation*, sendo diretamente aberta a ferramenta CAT com o projeto de tradução e as memórias e a tradução automática nela incorporadas.

Após ter concluído a tradução, o tradutor deve voltar novamente à ferramenta *CAT-Client*, a fim de enviar a sua tradução para revisão. Após o envio para revisão, a cor que surge no *Tradesk* é o rosa, que indica que o projeto foi enviado para revisão. Quando o tradutor realiza esta ação, deve ao mesmo tempo enviar uma notificação ao revisor informando-o de que a tradução está pronta para revisão; o revisor não recebe uma notificação automática, mas pode aperceber-se de que a tradução está pronta para revisão porque o código de cor muda para rosa, ou seja, *pronto para revisão*. Uma vez realizada a revisão, o revisor envia o documento novamente para o *Tradesk* e o tradutor pode abrir o projeto, analisar as alterações e finalizar a tradução. Nesta fase, a cor que surge no *Tradesk* é o roxo. Também é possível o revisor rever e finalizar a tradução sem que esta volte ao tradutor. Esta prática é excecional na unidade PT.2, decorrendo quase exclusivamente de questões logísticas (e.g. ausência do tradutor), uma vez que, normalmente, o responsável final pela tradução é o próprio tradutor.

Por fim, quando o tradutor analisa a revisão, é ainda necessário verificar a forma como se apresenta o documento final na respetiva aplicação (*Word*, *Excel*, navegador, etc.), clicando na opção de edição no *Tradesk.* Para além disso, quando se trata de documentos legislativos, é também necessária a utilização da ferramenta *LegisWrite*.

Após verificar a adequação da formatação do documento, o tradutor pode então finalizar a tradução, clicando em *finalise*, no *Tradesk* e a tradução está, em princípio, pronta para ser enviada ao cliente, tarefa que cabe à equipa de secretariado, que poderá realizar uma última verificação da formatação do documento antes do envio ao cliente, que recebe o produto final na plataforma *Poetry*.

Capítulo 2 – Descrição do Estágio

2.1. Estagiar na Comissão Europeia

Desde o início do estágio, fui inserida no grupo do programa *Blue Book* de março de 2019, no Luxemburgo, que integrou estagiários vindos de toda a Europa. Apesar de o meu estágio ser centrado na área da tradução, os estágios para a CE não incluem apenas este domínio. Como explicado no primeiro capítulo deste relatório, a DGT é apenas uma das Direções-Gerais da Comissão e, por conseguinte, há também a possibilidade de estagiar nas outras Direções-Gerais. A sessão de março de 2019 no Luxemburgo incluiu 43 estagiários, 26 dos quais para a Direção-Geral da Tradução.

Todos os estagiários do *Blue Book* têm em comum o facto de estagiarem para a Comissão Europeia. Por esse motivo, foram organizadas várias visitas e conferências a fim de dar a conhecer as várias instituições europeias e também possibilitar a compreensão das suas funções no âmbito da União Europeia. Além disso, foram também organizadas formações exclusivas para os estagiários da DGT.

Tive, deste modo, a oportunidade de visitar várias instituições europeias, tanto no Luxemburgo, como em Bruxelas e Estrasburgo e, além disso, a possibilidade de frequentar vários cursos de formação (obrigatórios e facultativos) que me permitiram compreender melhor o fluxo de trabalho na Direção-Geral da Tradução e ainda outros aspetos relevantes não só sobre tradução, como também sobre outras questões relativas à União Europeia e ao seu funcionamento. Tanto as visitas como as formações complementaram os meus conhecimentos e, deste modo, foram um auxílio para a realização de um melhor trabalho durante o meu estágio, visto que me permitiram compreender a função das instituições da UE e também a importância da tradução para o seu bom funcionamento.

2.2. Introdução dos estagiários à CE

2.2.1. Sessão de Boas-Vindas

Os primeiros dias do estágio não decorreram propriamente na Direção-Geral da Tradução. No primeiro dia, reuniram-se todos os estagiários da sessão de março do Luxemburgo numa sessão de boas-vindas apresentada pelas *liaison trainees*[15]. Nesta apresentação, tivemos a oportunidade de aprender sucintamente o que significa estagiar na Comissão Europeia. Além disso, foram-nos apresentados os vários Subcomités de Estagiários[16] e a forma como participar neles. Os subcomités são uma tradição com vários anos nos estágios da CE, e podem subdividir-se em várias áreas, entre as quais carreiras, línguas, desporto e viagens. Após esta sessão com as *liaison tainees*, decidi juntar-me a três subcomités, cuja experiência desenvolverei mais tarde.

Como complemento às informações fornecidas pelas *liaison trainees*, os novos estagiários receberam um *kit* com diversos folhetos e informações sobre o estágio, a Comissão Europeia e também sobre o Luxemburgo.

Além disso, os estagiários tomaram conhecimento da importância da segurança nas instituições europeias. Dada a sensibilidade do conteúdo produzido na Comissão Europeia, todos os empregados da instituição devem utilizar um cartão de identificação[17], a fim de terem a possibilidade de entrar nos edifícios. Além disso, todos os estagiários devem passar por um controlo de segurança (semelhante ao dos aeroportos) antes da entrada nos edifícios da Comissão. No final da sessão, todos os estagiários receberam o respetivo cartão de identificação, tendo assim oficialmente início o estágio na Comissão Europeia.

[15] Os *liaison trainees* são estagiários das sessões anteriores dos estágios *Blue Book* que têm como função apresentar e integrar os novos estagiários na Comissão Europeia.

[16] Um subcomité constitui parte do Comité de Estagiários (que por sua vez tem a função de representar os estagiários na Comissão Europeia), sendo o seu objetivo organizar atividades numa determinada área para os estagiários.

[17] O cartão de identificação é um cartão providenciado aos funcionários da Comissão Europeia, com o seu nome e fotografia, que lhes permite entrar em todas as instituições europeias. Sem este cartão, não é possível entrar nos edifícios da CE.

2.2.2. Sessão de apresentação da Direção-Geral da Tradução

Nesta sessão estiveram presentes apenas os estagiários da DGT. Aqui, foram fornecidas informações introdutórias sobre a Direção-Geral e sobre as ferramentas utilizadas pelos profissionais de tradução na CE, entre as quais a *IATE* e o *SDL Studio*.

Durante esta sessão foi também referida a rede *European Master's in Translation* e a sua importância para ter uma boa preparação como tradutor nas instituições europeias. Além disso, os estagiários foram introduzidos à plataforma *EU Learn*, onde os funcionários da CE se podem inscrever em cursos de formação que servem de complemento ao seu trabalho. Esta plataforma inclui um catálogo de formações direcionado para os tradutores da DGT, o qual se veio a revelar extremamente útil durante o meu estágio, visto que me permitiu ter acesso a formações com enfoque na tradução para a CE.

2.3. Formações

Como estagiária na DGT, frequentei formações obrigatórias para todos os estagiários desta Direção-Geral. Estes cursos de formação foram importantes, uma vez que me ajudaram a compreender não só a forma como funciona o fluxo de trabalho na DGT, mas também a adquirir as competências necessárias para utilizar as ferramentas imprescindíveis ao trabalho nesta DG. Além disso, frequentei também formações facultativas, nas quais me inscrevi através da plataforma *EU Learn*, que considerei interessantes para auxiliar o meu trabalho na DGT, bem como para o meu trabalho como futura tradutora.

2.3.1. Formações obrigatórias

As formações obrigatórias que frequentei tiveram por objetivo, em primeiro lugar, apresentar o sistema e as ferramentas utilizadas na DGT aos estagiários. Estas formações foram fulcrais para o bom funcionamento do meu estágio, uma vez que são ferramentas complexas e requerem uma atenção redobrada em fase inicial. Uma vez que algumas destas ferramentas foram já descritas no primeiro capítulo do relatório, passo

agora a apresentar os cursos de formação que me permitiram tomar conhecimento dessas mesmas ferramentas:

2.3.1.1. Getting started at DGT

Esta foi a formação introdutória ao trabalho na DGT. Aqui, foram fornecidas informações gerais sobre a DG e os primeiros passos a dar no que toca à utilização do sistema. Numa primeira fase, para ter acesso ao sistema, é necessário obter três senhas: uma para aceder ao *Windows*, outra para aceder ao sistema interno *on-line* da CE (denominado *EULogin*) e uma última senha para o acesso à Internet: só após a obtenção destas senhas é que se torna possível aceder ao sistema interno. Além disso, fui introduzida ao sistema *intracomm*, a intranet que permite ter acesso a várias informações da Comissão Europeia e as respetivas DGs, entre as quais a DGT.

Nesta formação, tomei também conhecimento dos tipos de tarefas que podem ser atribuídas aos funcionários da DGT, bem como das funções dos documentos, nomeadamente os documentos ORI (original: o texto de partida), REF[18] (referência) e TRA (tradução: o produto final submetido pelo tradutor).

2.3.1.2. Tradesk and Translation Workflow

Esta formação teve um enfoque mais aprofundado no fluxo de trabalho da DGT no que toca à relação entre os sistemas administrativos utilizados nas várias fases dos projetos de tradução (*Poetry*, *Mandesk* e *Tradesk*), e à interação entre o *Tradesk* e as ferramentas *CAT-Client* e *SDL Studio*.

2.3.1.3. Translation Databases Support

Aqui foram apresentados os vários recursos *on-line* que podem ser utilizados como auxílio ao processo de tradução e a forma como aceder a eles. A formação focou principalmente as ferramentas *EUR-Lex*, *Doc-Finder*[19], *Euramis* e *Quest*.

[18] Quando existem documentos que podem servir de referência para os tradutores, estes são inseridos no sistema *Tradesk*, para consulta durante o trabalho de tradução. No entanto, estes documentos nem sempre são fornecidos ou podem não existir, o que exige uma pesquisa externa ao sistema por parte dos tradutores.

[19] O *Doc-Finder* é um sistema de pesquisa que permite pesquisar atos legislativos (e.g. diretivas e regulamentos) a partir do respetivo número. A ferramenta CAT *SDL Studio* permite aceder a esta ferramenta diretamente a partir do editor, bastando selecionar a referência do ato legislativo.

2.3.1.4. Legiswrite

Nesta formação os estagiários da DGT tiveram a possibilidade de aprender a utilizar o sistema *Legiswrite*, utilizado para verificar a estrutura e formatação dos textos legislativos. Frequentar esta formação permitiu-me compreender a importância da verificação estrutural dos textos legislativos, a fim de garantir uma estrutura uniforme para todos estes documentos.

2.3.1.5. SDL Trados Studio (I, II e III)

Estas formações (divididas por nível I, II e III) tiveram por objetivo explicar a utilização da ferramenta CAT *SDL Trados Studio*. Apesar de já ter tido formação nesta área durante o MTSL, estas formações revelaram-se úteis, uma vez que permitiram complementar os conhecimentos que já tinha adquirido no mestrado, apresentando-me a utilização de técnicas que desconhecia anteriormente, entre as quais os atalhos específicos do sistema da Comissão Europeia para o acesso às ferramentas de pesquisa *Quest* e *Doc-Finder*.

2.3.2. Formações facultativas

Através da plataforma *EU-Learn* da Comissão Europeia, tive a possibilidade de me inscrever em várias formações opcionais que, a meu ver, se tornaram extremamente úteis no meu trabalho como tradutora estagiária na CE. Estas formações foram, deste modo, complementares às formações obrigatórias e permitiram-me compreender a relação entre a DGT e as outras Direções-Gerais, bem como a forma como a CE se encontra interligada com as outras instituições europeias.

Ao contrário das formações obrigatórias, que foram direcionadas exclusivamente para os novos estagiários da DGT, estas formações facultativas foram de acesso a todos os funcionários da DGT e da Comissão Europeia. Tal ajudou-me a compreender o *mundo real* da tradução para esta instituição europeia e as dificuldades com as quais os tradutores oficiais se deparam no dia-a-dia. Aqui, o enfoque não foi apenas a aprendizagem da utilização do sistema informático ou de um *software* específico de tradução, mas sim outros temas, não só relacionados com a DGT, mas também com o

funcionamento geral da União Europeia. As formações facultativas que frequentei foram as seguintes:

EU-Institutions today

Excellence in Translation

Infossession: Commission Press Corner

Migrações e asilo: o contexto português

Neural Machine Translation

Standard workflow for translators

Terminologia: modo de utilização

The Life Cycle of Commission Documents

The use of electronic corpora in translation

Where drafting and translations interact

2.4. Visitas

2.4.1. Visitas em Bruxelas

As primeiras visitas de estudo realizadas durante o estágio tiveram lugar em Bruxelas e decorreram entre 12 e 15 de março. Estas visitas tiveram como objetivo dar a conhecer aos estagiários algumas das instituições europeias, bem como o seu funcionamento na UE. Desta forma, tive a possibilidade de visitar instituições como o Serviço Europeu de Ação Externa, o Conselho da União Europeia, o Organismo Europeu de Luta Antifraude, o Comité Económico e Social Europeu, o Comité das Regiões e o Parlamento Europeu.

Além das visitas a estas instituições, foi também dada aos estagiários a oportunidade de visitar o *Parlamentarium* (museu sobre o Parlamento Europeu); a Casa da História Europeia (museu sobre a história da UE); o edifício Berlaymont (a sede da Comissão Europeia), onde pudemos também visitar os seus estúdios televisivos.

Foi nesta visita a Bruxelas que decorreu a Conferência de Boas-Vindas (*Welcome Conference*) que integrou não só os estagiários da CE (quer do Luxemburgo, quer de Bruxelas), como também os estagiários das outras instituições na UE. Esta conferência

teve lugar no hemiciclo do Parlamento Europeu e foi aqui que os estagiários de todas as instituições da UE tiveram a oportunidade de se conhecer e, além disso, de ouvir as palavras de alguns funcionários da UE. Além disso, foi também dada a possibilidade de assistir a algumas palestras relativas a assuntos atuais da UE (no meu caso, optei por ouvir a palestra *Europe in the world*). No final desta conferência, foram eleitos os representantes do Comité dos Estagiários.

2.4.2. Visitas no Luxemburgo

As visitas às instituições europeias do Luxemburgo foram organizadas pelos representantes do Comité de Estagiários eleitos anteriormente em Bruxelas e, graças a eles, foram organizadas visitas a instituições como o Tribunal de Contas Europeu, o Serviço de Publicações da União Europeia, o Tribunal de Justiça da União Europeia, o Banco Europeu de Investimento, o Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia e o Parlamento Europeu no Luxemburgo.

2.4.3. Visita a Estrasburgo

Também organizada pelos representantes do Comité de Estagiários e com a colaboração do Subcomité de Viagens, esta visita permitiu aos estagiários visitar o hemiciclo do Parlamento Europeu em Estrasburgo no dia 15 de julho de 2019, onde foi possível assistir à apresentação da ordem de trabalhos e discursos de 1 minuto por parte dos deputados do PE. Foi durante esta sessão plenária, no dia 16 de julho de 2019, que Ursula von der Leyen foi confirmada nova presidente da Comissão Europeia.

2.4.4. Conferência de despedida

Esta foi a última conferência à qual assisti no âmbito do meu estágio na Comissão Europeia, a denominada *Farewell Conference*, que foi apenas direcionada para os estagiários da Comissão Europeia. Durante este evento, foram algumas as palestras às quais tive a possibilidade de assistir, entre as quais uma palestra com os embaixadores do EPSO[20], com a diretora-geral da DG EAC (DG da Educação, Juventude, Desporto e

[20] O EPSO (*European Personnel Selection Office*) corresponde ao serviço de seleção dos funcionários das instituições da UE.

Cultura) Themis Christophidou e, além disso, a perspetiva de três ex-estagiários: um coordenador de projetos na CE, uma redatora de discursos na CE e também um ex-estagiário que desenvolveu um *website* de voluntariado denominado *deedmob*.

Na segunda parte da conferência, foi possível ouvir os atuais estagiários sobre as suas experiências, tendo sido apresentados vídeos criados por vários subcomités do Comité de Estagiários da CE, incluindo o subcomité das comunicações (*Communications Subcommittee)* organizado pelos estagiários do Luxemburgo, que apresentou o vídeo *A traineeship made in heaven*, que revelou a perspetiva dos estagiários sediados no Luxemburgo.

2.5. Subcomités

Além das visitas e formações, durante o meu estágio na CE tive também a possibilidade de participar em três subcomités do Comité de Estagiários: o Subcomité de Viagens (*Trips Subcommittee)*, o Subcomité de Carreiras (*Carreers Subcommittee)* e o Subcomité de Línguas (*Languages Subcommittee)*. No Subcomité de Viagens, participei na organização de duas viagens para os estagiários da CE no Luxemburgo, uma a Dublin e outra a Estrasburgo. No Subcomité de Carreiras, participei na organização de feira de emprego interinstitucional, juntamente com os estagiários do Parlamento Europeu, na qual foram contactadas empresas e instituições com o intuito de oferecer oportunidades de emprego aos estagiários das instituições europeias. Por fim, no Subcomité de Línguas, tive a oportunidade de ensinar a minha língua materna, o português, a outros estagiários da Comissão Europeia, uma tarefa que se revelou desafiante, mas extremamente interessante.

Considero que a minha participação nestes subcomités foi o complemento perfeito ao meu estágio, uma vez que me deu a oportunidade de participar em projetos com os outros estagiários e, além disso, desenvolver competências organizacionais que poderão vir a ser úteis para o meu futuro profissional.

Capítulo 3 – Casos práticos

3.1. Projeto de Terminologia

> *From the point of view of translation, terminology is considered a tool to solve particular problems, while in terminology, translated documents may serve as a source for extracting terms when there are no original texts on the subject in the target language.*
>
> (Cabré, 2010: 356)

Após ter aprendido um pouco sobre o trabalho dos terminólogos durante a minha formação no MTSL, considerei que seria uma experiência única participar num projeto de terminologia para uma instituição internacional com a dimensão da CE. De acordo com Cabré (1999: 214), a internacionalização e o surgimento e desenvolvimento de instituições internacionais, tais como as da União Europeia, levou à necessidade de uniformizar as designações dos conceitos especializados em várias línguas, como por exemplo nas áreas da economia ou medicina. É aqui que o papel dos terminólogos começa, com a missão de encontrar termos correspondentes em várias línguas. Além disso, uma das maiores missões da terminologia é também garantir a utilização e sobrevivência de uma língua, para que os falantes nativos não adotem estrangeirismos e utilizem termos especializados na sua própria língua nos vários domínios específicos (*ibidem*: 215).

Tendo em conta que um dos principais objetivos da UE é garantir a igualdade entre as línguas oficiais da UE, o mesmo se aplica no que toca à utilização de terminologia especializada. Com o intuito de garantir o mesmo prestígio às várias línguas, o trabalho dos terminólogos é garantir a existência de termos especializados em todas as línguas oficiais da UE, independentemente da área. Deste modo, um dos primeiros princípios que me foram ensinados durante este projeto foi procurar sempre utilizar o português na terminologia, evitando a utilização de estrangeirismos e, deste modo, assegurando a utilização da nossa língua nas áreas especializadas.

Com este projeto de terminologia, tive a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento da base de dados terminológica da União Europeia, a *IATE* e, além disso, participar em alguns registos na ferramenta interinstitucional *Wiki da língua portuguesa*, que tem como objetivo principal registar os processos de tradução, bem como de pesquisa terminológica, para que todos os profissionais das instituições europeias tenham acesso a eles.

Na DGT, podem ser vários os tipos de projetos de terminologia desenvolvidos pelas equipas de linguistas: proativos, pós-tradução, por domínio e de consolidação.

Os projetos proativos correspondem a projetos de terminologia solicitados pelos tradutores durante a tradução, tendo por base os documentos que estão a ser traduzidos naquele momento. Os projetos pós-tradução são aqueles que são realizados após a tradução já ter sido finalizada, com vista a fazer um alinhamento e correspondência dos termos presentes no projeto de tradução em causa. Por sua vez, os projetos por domínio são realizados de modo a obter correspondências linguísticas nos termos de um domínio especializado como, por exemplo, no domínio das finanças. Por fim, os projetos de consolidação são projetos de terminologia que podem ser realizados em um ou mais domínios, com vista a uniformizar o conteúdo inserido na base de dados terminológica *IATE*.

Na Comissão Europeia, muitos dos projetos de terminologia são realizados consoante as necessidades dos tradutores. Quando um texto é constituído por terminologia extremamente técnica e especializada, os tradutores podem recorrer aos terminólogos dos departamentos linguísticos para que estes possam auxiliar o processo de tradução. O projeto de terminologia que desenvolverei nesta secção consistiu num projeto proativo, uma vez que foi solicitado por um dos tradutores do Departamento de Língua Portuguesa, de modo a auxiliar o processo de tradução do documento em questão. Isto significa que este projeto foi realizado apenas com enfoque neste documento. No entanto, alguns dos termos extraídos foram posteriormente inseridos na plataforma *on-line IATE,* para posterior utilização em futuras traduções. Isto faz com que, ao mesmo tempo, este projeto tenha sido também um projeto de consolidação de conteúdos na *IATE*.

3.1.1. Exigências dos projetos de terminologia

De modo a garantir a extração de terminologia exata e correta, é necessário verificar que os termos traduzidos são aqueles utilizados pelos especialistas da área em questão. Tal implica a realização de pesquisa tendo em conta o conteúdo já publicado e utilizado no domínio específico, com vista a obter termos que sejam de facto utilizados pelos especialistas.

No entanto, apesar de ser importante estabelecer termos que sejam normalmente utilizados por especialistas, a equipa de terminologia do Departamento de Língua Portuguesa procura, sempre que possível, utilizar termos em português, evitando ao máximo a utilização de estrangeirismos. A ideia principal é garantir que o utilizador compreenda através do termo aquilo a que este se refere, fazendo com que este reconheça o termo utilizado na sua língua materna. Além disso, a importância da utilização de termos em português visa assegurar a utilização da língua portuguesa em qualquer domínio, sem que haja a necessidade de adotar termos de outras línguas.

3.1.2. Procedimento

O projeto de terminologia em que trabalhei juntamente com a equipa de terminologia do DLP relaciona-se com o domínio dos velocípedes. Trata-se de uma tabela[21] presente num regulamento de execução da Comissão que visa instituir um direito anti-*dumping* definitivo sobre as importações de bicicletas para a União Europeia. Esta tabela indica os nomes de várias peças de bicicletas (*factor of production*), o código do Sistema Harmonizado (*HS code*), um sistema internacional utilizado para a classificação de produtos, e o valor de importação do produto (*unit import value*).

Visto que a tabela presente no documento em questão apresenta termos extremamente especializados da área, a sua tradução exige um grande esforço de pesquisa e, por esse motivo, a tradutora responsável pela tradução deste documento solicitou à equipa de terminologia a realização de um projeto de terminologia que auxiliasse o processo de tradução desta tabela, a fim de garantir que os termos utilizados em português correspondessem de forma correta e inequívoca aos termos utilizados no texto de

[21] Tabela completa no Anexo V

partida, em inglês. É de notar que o tradutor não é obrigado a aceitar todas as sugestões fornecidas pela equipa de terminologia – a decisão final é sempre do tradutor.

Dado que se trata de objetos do mundo real, foi necessário realizar alguma pesquisa *on-line*, a fim de compreender os objetos a que cada termo se refere. Conforme referido anteriormente, um dos principais objetivos do trabalho de um terminólogo é garantir que a terminologia utilizada corresponde a termos reais utilizados pelos especialistas, tanto na língua de chegada, como na língua de partida. Para tal, foi necessário realizar pesquisa através de recursos especializados na área, entre os quais manuais de instruções de bicicletas e *websites* de lojas de desporto e bicicletas. Além disso, para alguns casos, foi inclusive necessário recorrer a vídeos que explicam a função de cada uma daquelas peças da bicicleta.

Apesar de estes recursos terem sido extremamente úteis para a investigação terminológica, nem sempre foi possível identificar os termos correspondentes apenas através dos mesmos. Nestes casos, foi necessário, numa primeira fase, identificar a realidade que caracteriza o termo em questão na língua de partida e, posteriormente, identificar essa mesma realidade em português.

Uma outra questão de grande importância, com vista identificar os termos correspondentes na língua de chegada, foi conseguir o máximo de contexto possível para compreender o conteúdo do texto de partida, pois só desta forma é possível obter uma tradução adequada. Por esse motivo, um conceito que me foi ensinado pela equipa de terminologia do DLP consiste na noção de *traduzir ideias, não palavras.*

Visto que se trata de uma tabela que apresentava não só os termos, mas também o código do sistema harmonizado e o preço do produto, foi-me muitas vezes possível identificar o termo correspondente ao procurar a descrição do código do sistema harmonizado (código SH) e também ao observar o seu valor de importação.

3.1.3. Terminologia na Prática

Foram 116 os termos trabalhados durante este projeto, com o intuito de obter os seus correspondentes em português. Para alguns destes termos, foi possível identificar de imediato os seus correspondentes em português; no entanto, para outros, foi necessária a realização de pesquisa avançada a fim de compreender o seu conceito. Nesta secção

desenvolverei de forma explicativa o procedimento de pesquisa e raciocínio para a tradução de alguns dos termos que exigiram um trabalho mais aprofundado.

3.1.3.1. Tradução de termos – alguns exemplos

a) *B.B. parts*, *B.B. set*, *B.B. shell* e *B.B. axle* – *B.B.*

Factor of Production	**HS Code**	**Unit import value**
B.B. parts	871499	9.15 EUR/kg
B.B. axle	871499	9.15 EUR/kg
B.B. set	871499	9.15 EUR/kg
B.B. shell	871499	9.15 EUR/kg

Primeiramente, a fim de compreender o significado de cada um destes termos, foi necessário descodificar a forma extensa da abreviatura *B.B.*. O termo surge várias vezes, no entanto não é fornecido qualquer contexto que nos permita identificar de imediato a forma extensa correspondente. É possível observar que cada um dos termos possui o mesmo código SH (871499) bem como o seu valor de importação (9.15 EUR/kg), no entanto, ao realizar a pesquisa do significado do código SH, é possível verificar que se trata de um conceito bastante abrangente: *Cycles; parts thereof* (Foreign Trade, 2019). Por esse motivo, foi necessário recorrer a outros recursos que fornecessem um contexto mais concreto relativamente àquilo a que esta abreviatura se referia: a pesquisa *on-line* do termo. Ao pesquisar o termo *B.B.*, foi de imediato obtido o termo *bottom bracket.* A tradução para português foi obtida através da pesquisa deste termo no *website* da *Decathlon* (loja de desporto), verificando a referência dos artigos quer no *website* britânico, quer no *website* português. Deste modo, constatou-se que *bottom bracket* corresponde a *movimento pedaleiro.*

A partir do momento em que foi obtido o significado de *B.B.*, bem como o seu correspondente em português, já se tornou possível traduzir cada um dos termos. As

traduções para os termos *B.B. parts* e *B.B. set* foram simples, tendo obtido as seguintes soluções tradutivas:

B.B. parts = Peças do movimento pedaleiro

B.B. set = Conjunto do movimento pedaleiro

Para a tradução de *B.B. shell* foi necessário realizar alguma pesquisa para entender a função da peça em questão. Um dos procedimentos para a obtenção desta tradução foi procurar esquemas que ajudassem a entender a realidade que este termo representa. A Figura 3 é um exemplo de um esquema do movimento pedaleiro de uma bicicleta, que nos ajuda a compreender a forma como o movimento pedaleiro se encontra dividido:

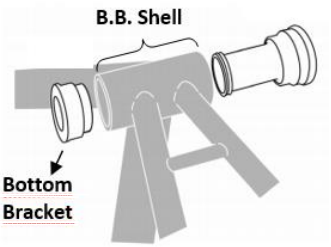


Figura 3 - B.B. shell [imagem da autoria da marca *Shimano* (2017)]

Após alguma pesquisa, foi possível compreender que *B.B. shell* corresponde a um tubo que envolve o movimento pedaleiro da bicicleta (Figura 3). De seguida, procedeu-se à pesquisa por imagens em websites de lojas de bicicletas e também de manuais de instruções para a sua montagem e foi possível verificar que existem duas traduções possíveis em português para a tradução deste termo: *adaptador de movimento pedaleiro* e *caixa do movimento pedaleiro*. Optou-se pela primeira opção tradutiva, uma vez que, através da pesquisa por imagens, a peça pretendida surge com maior frequência como *adaptador*. Deste modo, a tradução final obtida foi a seguinte:

B.B. shell = Adaptador de movimento pedaleiro

Para a tradução de *B.B. axle*, bastou realizar alguma pesquisa por imagens tanto na LP como na LC, e foi possível compreender que a expressão mais utilizada no domínio em português é *eixo pedaleiro* (e não *eixo do movimento pedaleiro)*. Deste modo, obteve-se a seguinte tradução final:

B.B. axle = Eixo pedaleiro

b) *Fender* [22]

Fender	871499	9.15 EUR/kg

Para a tradução deste termo, foi importante obter alguma contextualização, uma vez que são várias as hipóteses que podem corresponder a este termo em português. O problema resulta também da diferença existente entre o inglês britânico e o inglês americano. Devido ao facto de, na redação de legislação para a UE, muitos dos autores não serem nativos do inglês britânico, por vezes são adotados termos provenientes do inglês americano. Foi o que aconteceu neste caso: numa tradução inicial, optei pela tradução *para-choques*, que é o correspondente para *fender* em inglês britânico. No entanto, se pesquisarmos o significado do código SH 871499 que já foi referido na alínea a), trata-se de peças de bicicletas (que, por sua vez, não são constituídas por para-choques). Por esse motivo, constatou-se que, para este caso, a tradução pretendida é a tradução para o termo *fender* em inglês americano, *guarda-lamas.* Obteve-se assim a seguinte tradução final para este termo:
fender = guarda-lamas

c) *Head set* e *head tube*

Head set	871491 or 871499	7.63 EUR/kg 9.15 EUR/kg
Head tube	760820	4.78 EUR/kg

Ao observar a tabela, é possível verificar que os códigos SH correspondentes a cada termo são diferentes, bem como o seu valor de importação.
Numa fase inicial, procedeu-se a uma pesquisa por imagens *on-line* de esquemas de bicicletas, com o intuito de compreender a realidade a que estes termos correspondem.

[22] Os exemplos da alínea b) até à alínea d) têm por base um artigo da minha autoria publicado na revista *a folha*, n.º 60, da DGT. Disponível em: https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha60_pt.pdf. Pp. 16-18.

Porém, através dos esquemas de bicicletas, foi possível observar que tanto *head set* como *head tube* se encontram na mesma área da bicicleta, o que deu a entender que se tratava da mesma peça da bicicleta.

Isto gerou alguma confusão, visto que os códigos SH e valor de importação diferem entre si. Por esse motivo, recorreu-se à pesquisa através de manuais de instruções para a montagem de bicicletas. Deste modo, foi possível encontrar textos paralelos, já previamente traduzidos para português, permitindo obter a tradução de *head set* como *caixa de direção*. Com a obtenção desta correspondência, a fim de verificar se correspondia, de facto, à mesma parte da bicicleta, realizou-se uma pesquisa por imagens do termo *head set* e outra do termo *caixa de direção*: as imagens apresentadas eram semelhantes entre si, o que levou à conclusão de que se trata do mesmo conceito tanto em inglês como em português.

Após a obtenção de uma tradução para o termo *head set,* foi ainda necessário compreender a diferença entre este termo e *head tube.* Por este motivo, recorreu-se à pesquisa de conceitos, tendo, deste modo, compreendido que o *headset* corresponde a um conjunto de rolamentos que permite que o garfo da bicicleta gire no interior do *tubo frontal*. Assim, foi possível compreender que o *head set* se encontra no interior do *head tube* (*tubo frontal*), sendo este o motivo pelo qual ambas as partes se encontram na mesma zona da bicicleta.

Deste modo, as traduções finais obtidas para os termos foram:

Head set = caixa de direção
Head tube = tubo frontal

d) Shifter/derailleur (front/rear)

Shifter/derailleur (front/rear)	871499	9.15 EUR/kg

Numa primeira fase, se optarmos por traduzir este termo palavra a palavra, uma opção tradutiva possível seria *manípulo de mudanças/desviador (dianteiro/traseiro)*, uma vez que *shifter* corresponde a um *manípulo de mudanças* e *derailleur* a um *desviador*. Porém, ao compreender a função de cada uma destas peças, é possível constatar que se trata de peças da bicicleta completamente diferentes: o *shifter* funciona como um

interruptor que se encontra ligado ao *derailleur*, permitindo alterar a velocidade da bicicleta.

A apresentação do termo na tabela transmite a ideia de que *shifter* e *derrailleur* constituem sinónimos entre si, no entanto, ao compreendermos o conceito de ambos os termos, é possível verificar que esse não é o caso. Um elemento importante que nos permite compreender a intenção do autor é o elemento que se segue – *front/rear* (dianteiro/traseiro) – um *shifter*, como sendo um manípulo ou manete de mudanças, nunca se poderia encontrar na parte traseira de uma bicicleta, mas apenas na parte frontal da bicicleta, junto ao guiador. Em contrapartida, um *derailleur* (desviador) de uma bicicleta pode ser tanto traseiro como dianteiro. Por este motivo, é possível concluir que, para este caso, a mensagem original pretendida é a de que se trata meramente de um *desviador*.

Deste modo, obteve-se a seguinte solução, omitindo a tradução de *shifter*:

Shifter/derailleur (front/rear) = desviador (dianteiro/traseiro)

3.1.3.2. Preenchimento de fichas IATE

Durante este projeto tive a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento da *IATE*, através do preenchimento de fichas de termos, algo que, por sua vez, requer bastante rigor. Para acrescentar termos à *IATE*, é necessário o preenchimento de uma ficha terminológica para cada termo. Nestas fichas, devem ser preenchidos alguns campos relativos aos termos em questão, quer na LP, quer na LC. A imagem abaixo é um exemplo para a forma como uma ficha de um termo pode estar organizada:

Figura 4 - Ficha terminológica da IATE para o termo *tubo frontal* como correspondente de *head tube*.

No exemplo apresentado na Figura 4[23], é possível observar vários elementos referentes ao termo: uma definição e a respetiva referência, a designação do termo e a sua fonte, a fiabilidade do termo, um exemplo de contexto para a sua utilização e a instituição europeia que introduziu o termo na IATE (neste caso, *COM* significa *Comissão Europeia).*

O preenchimento das fichas terminológicas segue, porém, algumas regras. Por exemplo, no DLP, quando acrescentamos uma definição do termo à ficha em português, é tido em conta o *princípio da substituição* que significa que, ao retirarmos o termo de uma frase e o substituirmos pela definição, a definição deve ser capaz de substituir o termo sem que a frase perca a sua fluência. Vejamos o exemplo do contexto apresentado na Figura 4: se substituirmos nessa frase o termo *tubo frontal* pela definição *tubo do quadro da bicicleta que contém a caixa de direção,* a frase do contexto passaria a ser:

Proteja as partes em perigo do seu quadro de carbono por ex. ***o tubo do quadro da bicicleta que contém a caixa de direção*** *e a parte de baixo do tubo inferior com autocolantes contra danos causados por fricção dos cabos ou pedradas.*

A definição continua a fazer parte da frase, permitindo ler a frase na sua totalidade sem que haja estranheza. Quando acrescentamos uma definição a uma ficha IATE é, por isso, necessário ter em conta esse princípio. Além disso, as definições devem ser provenientes de textos *reais*, ou seja, os terminólogos ou tradutores não podem criar as suas próprias definições, havendo a necessidade de as encontrar no corpo de um texto do domínio em questão que já tenha sido publicado (o mesmo se aplica aos contextos). Além disso, por vezes surgem casos em que existem variantes para os termos representantes do mesmo conceito, e é necessário inserir todas as variantes encontradas com as respetivas fontes nas fichas IATE.

Deste modo, o preenchimento das fichas constituiu também um desafio, uma vez que nem sempre é possível encontrar definições em textos especializados que cumpram o *princípio da substituição* ou até mesmo encontrar as definições nos próprios textos de referência.

[23] Ficha do termo disponível em: https://iate.europa.eu/entry/result/3581330/en-la-mul-pt

Passo a dar um exemplo de um termo que surgiu na tabela que se tornou desafiante para o preenchimento da respetiva ficha IATE:

Crank set	871499	9.15 EUR/kg

Em primeiro lugar, este termo é proveniente do inglês americano e pode surgir como a variante composta *crankset.* Além disso, existe também a sua variante em inglês britânico, que corresponde a *chain set*, com a possibilidade de surgir igualmente como *chainset.* Tal levou a que fosse necessário obter todas as quatro ocorrências *on-line* para *crank set*, *crankset*, *chain set* e *chainset*, a fim de preencher o campo que indica a referência onde os termos surgem. Deste modo, foi necessário estabelecer quatro entradas na *IATE* para o termo *Crank set*, uma vez que existem variantes terminológicas para o mesmo conceito.

O mesmo aconteceu para a sua tradução, que pode surgir como *conjunto pedaleiro* e *pedaleira.* Assim, a ficha *IATE* para o termo *Crank set* foi registada da seguinte forma: *Crank set; crankset; chain set; chainset = conjunto pedaleiro; pedaleira* [24]

3.1.3.3. Fichas IATE criadas

Ao longo deste projeto, foram criadas as fichas terminológicas IATE para os seguintes termos:

- ✓ *Axle peg; peg* = peseira (IATE: 3581351)
- ✓ *Bar end* = extensor (IATE: 3581353)
- ✓ *Bottom bracket; BB = movimento pedaleiro* (IATE: 3581340)
- ✓ *Crank set; crankset; chain set; chainset = conjunto pedaleiro; pedaleira (*IATE: 3581362)
- ✓ *Handle-bar; handlebar = guiador* (IATE: 3581390)
- ✓ *Head tube = tubo frontal* (IATE: 3581330)
- ✓ *Headset; head set = caixa de direção (*IATE: 3581332)
- ✓ *Hub*; bicycle hub = cubo; cubo da roda (IATE: 3581393)

[24] Ficha do termo disponível em: https://iate.europa.eu/entry/result/3581362/all

- ✓ *Rear carrier = porta-bagagem traseiro* (IATE: 3581387)
- ✓ *Rim = aro* (IATE: 3581385)
- ✓ *Seat clamp; saddle clam = aperto de selim; carrinho de selim* (IATE: 3581369)
- ✓ *Seat collar = aperto de espigão; aperto de espigão de selim; abraçadeira de selim; abraçadeira de espigão de selim* (IATE: 3581380)
- ✓ *Shifter; shift lever = manípulo de mudanças* (IATE: 3581389)
- ✓ *Training wheel* = estabilizador; roda lateral (IATE: 3581383)

3.1.3.4. Conclusão sobre o projeto

Ao participar neste projeto de terminologia tive a possibilidade de compreender de forma mais prática os requisitos que um projeto de terminologia exige, bem como os desafios provenientes da pesquisa terminológica. Além disso, compreendi os procedimentos específicos para o preenchimento de fichas terminológicas IATE, que não implica apensas inserir a designação dos termos correspondentes em cada uma das línguas, havendo a necessidade de indicar as fontes reais onde os termos surgem e, sempre que possível, uma definição e um contexto.

Para a tradução de termos especializados, é necessário obter o contexto em que os termos se inserem, a fim de compreender a realidade que estamos a traduzir, não bastando apenas traduzir as palavras, mas sim os significados a elas inerentes.

Tive ainda a possibilidade de compreender a importância do trabalho dos terminólogos no auxílio ao trabalho dos tradutores na DGT, realizando pesquisa terminológica, criando glossários e fichas IATE, preenchendo desta forma as lacunas que por vezes surgem no processo de tradução no que toca à utilização de terminologia específica.

3.2. Desafios de Tradução

Nesta secção apresentarei alguns exemplos de desafios de tradução com os quais me deparei ao longo do estágio. Apesar de me ter disponibilizado para traduzir textos a partir do alemão (além do inglês) tal não foi possível devido ao facto de a maioria dos textos produzidos nas DGs da Comissão serem redigidos originalmente em inglês. Assim, os exemplos que aqui apresentarei terão como língua de partida (LP) o inglês e como língua de chegada (LC) o português.

3.2.1. Visão geral sobre as traduções realizadas

Na DGT, o volume de trabalho de um tradutor não é contabilizado por palavras, mas sim por página[25] e, por esse motivo, o número de palavras descrito para cada exemplo é uma estimativa baseada no número de páginas do documento.

Durante o estágio, realizei a tradução de 101 documentos e um total de 317,5 páginas.

As Direções-Gerais para as quais estes documentos foram traduzidos incluem a COMP (concorrência), a EAC (educação, desporto e cultura), a EMPL (emprego), a MOVE (mobilidade e transportes), a GROW (mercado interno), a SANTE (saúde), a COMM (comunicação), a TAXUD (fiscalidade e união aduaneira), a TRADE (comércio), a ESTAT (estatística), a DGT (tradução) e o SG (secretariado-geral). A Figura 5 apresenta um gráfico que indica o número de páginas traduzido para cada uma destas DGs.

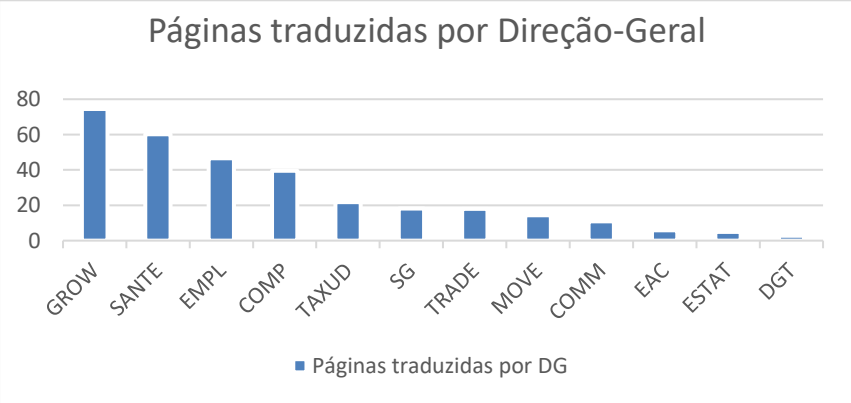


Figura 5 – Gráfico com o número de páginas traduzidas para cada DG.

[25] Na DGT, uma página corresponde a 1500 carateres sem espaços.

Além disso, os tipos de textos traduzidos consistiram em textos de teor geral, tais como consultas públicas, folhetos, cartas, comunicados de imprensa e respostas a perguntas do PE, e especializados, incluindo textos legislativos (e.g. decisões e regulamentos de execução), documentos de orientação e também relatórios (Figura 6).

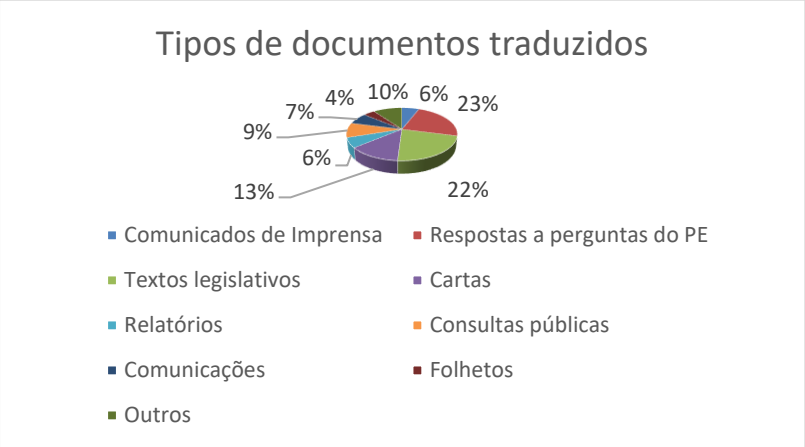


Figura 6 – Percentagem de tipos de textos traduzidos em relação ao número total de documentos traduzidos

O gráfico da Figura 6 demonstra que a distribuição de tipos de textos traduzidos ao longo do estágio foi bastante variada, havendo prevalência na tradução de respostas a perguntas do PE e de textos legislativos. Porém, é possível observar que não foram traduzidos apenas estes dois tipos de textos, o que me permitiu desenvolver competências de adaptação e versatilidade na tradução.

3.2.2. Exemplos

3.2.2.1. TAXUD-2019-80072-00-01

Direção-Geral: TAXUD (Fiscalidade e União Aduaneira)

N.º de páginas: 1,1

N.º de palavras: 337 (aprox.)

Referência do documento: TAXUD-2019-80072[26]

Versão: 00-01

Tipo de texto: Anexo de regulamento de execução

[26] Versão em inglês: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32019R0926&from=EN
Versão em português: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32019R0926&from=EN

Contexto: Os produtos importados para a União Europeia devem ser classificados na Nomenclatura Combinada (NC), que corresponde à nomenclatura de mercadorias da União Europeia suscetíveis de serem comercializadas entre a UE e países terceiros. O regulamento de execução no qual se encontra o anexo é referente a um produto que deve ser classificado na NC para garantir a sua classificação uniforme no âmbito da UE e deve ser aplicado por todos os Estados-Membros. Este anexo é constituído por uma tabela que apresenta a descrição do produto (um artigo que se assemelha a um colchão para espreguiçadeira), o seu código na NC e a fundamentação para a sua classificação.
Destinatário e objetivo: O destinatário principal do texto é constituído pelas autoridades nacionais para a aplicação do regulamento em questão e, além disso, por especialistas do setor da indústria da colchoaria, dado o grau especializado da terminologia utilizada. O objetivo principal deste anexo é descrever o produto a ser classificado na Nomenclatura Combinada, indicando a sua classificação final na mesma.

Problemas/exigências:
Como referido anteriormente, a tradução para a Comissão Europeia exige o seguimento da terminologia utilizada nas traduções dos textos oficiais antecedentes que se relacionam com o texto a traduzir. Deste modo, dado que o regulamento em questão está relacionado diretamente com a Nomenclatura Combinada, é necessário seguir a terminologia utilizada no Regulamento de Execução (UE) 2017/1925 da Comissão, de 12 de outubro de 2017, que altera o anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87 do Conselho relativo à nomenclatura pautal e estatística e à pauta aduaneira comum.
Abaixo é apresentado um excerto cuja tradução constituiu um desafio no que toca ao seguimento da terminologia utilizada nas versões antecedentes:

Classification of the article under heading 9404 as an article of bedding or similar furnishing, such as a mattress, is excluded as the article is not designed for furnishing a bed and is not similar to a mattress or the like.

Para a tradução deste excerto, o problema surgiu na pesquisa terminológica para a tradução da expressão *article of bedding or similar furnishing, such as a mattress*.

Numa primeira fase, realizei uma pesquisa rápida no *Euramis*, e o resultado obtido relativamente às traduções antecedentes foi: *colchões, edredões, almofadas, pufes, travesseiros, e artigos semelhantes.* Além disso, posteriormente, verifiquei também a redação da versão portuguesa do Regulamento de Execução (UE) 2017/1925 da Comissão acima referido, e constatei que, para a mesma expressão, a apresentação da tradução coincide com a acima citada.

Isto levantou algumas dúvidas, visto que é regra os tradutores seguirem a terminologia utilizada nas traduções dos documentos antecedentes: porém, caso seguisse essa regra, obteria a seguinte opção:

Texto de partida	**Texto de chegada (hipotético)**
Classification of the article under heading 9404 as an article of bedding or similar furnishing, such as a mattress, is excluded as the article is not designed for furnishing a bed and is not similar to a mattress or the like.	*Exclui-se a classificação do artigo na posição 9404 como colchões, edredões, almofadas, pufes, travesseiros, e artigos semelhantes, uma vez que o artigo não é concebido para guarnição de cama e não se assemelha a um colchão ou artigos semelhantes.*

Esta opção não me pareceu ideal uma vez que a frase em português se afasta do que consta no texto de partida, apesar de utilizar a terminologia que consta na Nomenclatura Combinada. Além disso, devido ao facto de se tratar de uma enumeração de vários artigos, o texto acaba por perder alguma fluência aquando da sua leitura.

Solução:

Após analisar a opção tradutiva acima descrita, discuti esta questão com a revisora e constatou-se que seria melhor alterar a tradução da expressão, mantendo-nos mais próximos do TP e, ao mesmo tempo, simplificando a leitura do TC.

O desafio surgiu, nomeadamente, em encontrar um equivalente em português para a tradução de *bedding.* Foi necessário compreender o seu significado concreto, a fim de simplificar a enumeração acima apresentada. Com a utilização da enumeração *colchões,*

edredões, almofadas, pufes, travesseiros, utilizada nas traduções anteriores no *Euramis* como tradução para *article of bedding*, e através de alguma pesquisa *on-line*, foi possível compreender que se trata de uma categoria para artigos relacionados com o enchimento de uma cama. Procurei então encontrar uma solução que funcionasse como um hiperónimo para esta enumeração, a fim de simplificar o texto de chegada. Deste modo, após a pesquisa de possíveis expressões utilizadas em *corpora on-line*, obteve-se a opção *artigo de colchoaria*, indicando que se trata de artigos utilizados para a guarnição de uma cama (entre os quais colchões, almofadas, etc.). Por conseguinte, a tradução foi finalizada e enviada para o cliente com a seguinte redação:

Texto de partida	**Texto de chegada**
Classification of the article under heading 9404 as an article of bedding or similar furnishing, such as a mattress, is excluded as the article is not designed for furnishing a bed and is not similar to a mattress or the like.	*Exclui-se a classificação do artigo na posição 9404 como um artigo de colchoaria ou artigos semelhantes, uma vez que o artigo não é concebido para guarnição de cama e não se assemelha a um colchão ou artigos semelhantes.*

Para este caso, optei por omitir a tradução de *such as a mattress* no texto de chegada, visto que o conceito de *colchão* já se encontra implícito no termo *colchoaria*; e caso mantivesse a tradução como *artigo de colchoaria ou artigos semelhantes, tal como um colchão,* estaria a tornar o texto redundante, uma vez que a informação pretendida é repetida. Deste modo, apliquei o procedimento de omissão, a fim de evitar a repetição de informação.

Correção de perito:

Como referido no ponto 4.1.5. do primeiro capítulo deste relatório, por vezes as direções-gerais da CE solicitam a peritos do domínio em questão a realização de uma revisão do texto de chegada enviado pela DGT, a fim de verificar a adequação da terminologia utilizada na língua de chegada. Tal aconteceu para este documento em

concreto, que foi revisto também por um perito da área. Desta forma, obteve-se a seguinte revisão:

Texto de partida	**Texto de chegada inicial**	**Revisão do perito**
Classification of the article under heading 9404 as an article of bedding or similar furnishing, such as a mattress, is excluded as the article is not designed for furnishing a bed and is not similar to a mattress or the like.	*Exclui-se a classificação do artigo na posição 9404 como um artigo de colchoaria ou artigos semelhantes, uma vez que o artigo não é concebido para guarnição de cama e não se assemelha a um colchão ou artigos semelhantes.*	*Exclui-se a classificação do artigo na posição 9404 como ~~um~~ artigo de ~~colchoaria~~ cama ou ~~artigos~~ semelhante~~s~~, designadamente um colchão, uma vez que ~~o~~ ~~artigo~~ este não ~~é~~ foi concebido para guarnição de camas, nem ~~e não~~ se assemelha a um colchão ou ~~artigos~~ ~~semelhantes~~ a produtos similares.*

É possível observar que, de acordo com a revisão do perito, foi acrescentada a tradução de *such as a mattress* como *designadamente um colchão*. Inicialmente, a tradução desta expressão foi omitida a fim de evitar redundâncias na transmissão da mensagem, visto que *colchoaria* só por si já transmite a ideia de que se trata de artigos relacionados com a guarnição de camas (e.g. colchões). Porém, uma vez que o perito optou por substituir *artigo de colchoaria* por *artigo de cama*, a redundância é eliminada e, por esse motivo, é compreensível a sugestão presente nesta revisão, obtendo deste modo uma tradução mais próxima do original.

Além disso, com esta revisão, foi possível observar que, ao longo do texto de chegada inicial, o termo *artigo* é repetido algumas vezes, algo que inicialmente não foi notado na tradução final antes da revisão do perito, que atenuou essa repetição. Deste modo, para este caso em concreto, optei por aceitar as alterações do perito em primeiro lugar, por se tratar de um especialista da área, tendo um melhor conhecimento da terminologia

utilizada neste domínio e, em segundo lugar, por ter sugerido reduzir a repetição da utilização do termo *artigo.*

Assim, obteve-se a seguinte versão final:

Texto de partida	**Texto de chegada (final)**
Classification of the article under heading 9404 as an article of bedding or similar furnishing, such as a mattress, is excluded as the article is not designed for furnishing a bed and is not similar to a mattress or the like.	*Exclui-se a classificação do artigo na posição 9404 como artigo de cama ou semelhante, designadamente um colchão, uma vez que este não foi concebido para guarnição de camas, nem se assemelha a um colchão ou a produtos similares.*

Além das questões já discutidas ao longo deste exemplo de tradução, podemos igualmente observar que a estrutura e sequência da informação foi alterada no texto de chegada. Em inglês, o sujeito (*classification*) é utilizado no início da frase, seguido pelo verbo na voz passiva (*is excluded*). Na tradução para português, optou-se pela utilização do verbo *excluir* na sua forma reflexiva no início da frase (*exclui-se*), seguido do sujeito (*classificação*), permitindo desta forma manter uma sequência natural na língua de chegada.

3.2.2.2. EAC-2019-00190-00-00

Direção-Geral: EAC (Educação, Juventude, Desporto e Cultura)

N.º de páginas: 2,4

N.º de palavras: 619 (aprox.)

Referência do documento: EAC-2019-00190[27]

Versão: 00-00

Tipo de texto: Panfleto

Contexto: Trata-se de um folheto que visa promover o programa de estágios *Blue Book* da Comissão Europeia, explicando os tipos de estágio que existem, o período em que

[27] Ambas as versões disponíveis em: https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/01ebc1e5-7528-11e9-9f05-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-103584926

decorrem e quem se pode candidatar. Além disso, são apresentados também alguns testemunhos de antigas estagiárias, que falam sucintamente sobre a sua experiência na Comissão Europeia. A DG EAC solicitou a tradução deste folheto para várias línguas, a fim de promover os estágios em várias línguas oficiais da UE.

Destinatário e objetivo: o público-alvo é o público em geral, os cidadãos que possam ter interesse em participar no programa de estágios e, por esse motivo, é importante a utilização de um registo apelativo, que promova a participação do leitor no programa de estágios e uma linguagem mais coloquial, percetível a um maior leque de leitores.

Problemas/exigências:

a) **Redação pouco clara do texto de partida**

Texto de partida
Around 24.000 candidates apply each year for approximately 1700 available traineeship posts (850 per session). ***The duties of the position depend on the trainee's specific assignment.***

Como já discutido no primeiro capítulo deste relatório (ponto 5.1.), o inglês utilizado como língua franca nas instituições europeias leva a que, por vezes, o conteúdo dos textos de partida não seja muito claro, visto que, não raras vezes, os redatores não são nativos da língua inglesa. Esta questão pode levantar problemas durante o processo de tradução: é necessário compreender a mensagem do TP a fim de possibilitar a sua transmissão de forma clara no TC. Quando o texto de partida se torna ambíguo ou confuso, por vezes é necessário investir algum tempo na sua interpretação, com vista a compreender a mensagem pretendida para a sua transmissão inequívoca no texto de chegada.

Este excerto consta numa secção que esclarece alguns factos sobre o programa de estágios, incluindo o número aproximado de candidatos e o número de vagas. Neste caso, o TP não se encontra redigido de forma clara e um leitor que não compreenda a forma como funcionam os estágios da CE poderá ter algumas dificuldades na sua compreensão, visto que *duties* e *assignment* podem constituir sinónimos entre si, o que torna a frase redundante e, por conseguinte, confusa. O objetivo deste folheto é dar a

conhecer os estágios e, por esse motivo, é extremamente importante que seja claro na transmissão do conteúdo.

A questão que se coloca é manter ou não a estrutura sintática do TP. Vejamos um exemplo em que é mantida a mesma estrutura do original, através de uma tradução literal:

Texto de partida	**Tradução literal**
The duties of the position depend on the trainee's specific assignment.	*As funções da posição dependem das tarefas específicas do estagiário.*

Vinay e Darbelnet definem a tradução literal como um tipo de tradução direta que ocorre quando o texto de chegada constitui um reflexo do conteúdo do texto de partida, mantendo-se o mais próximo possível do TP no que toca à sua estrutura sintática (Byrne, 2012: 119). Para o exemplo supracitado, é possível observar que se trata de uma tradução literal uma vez que se encontra muito próxima do TP.

Assim, com esta primeira tradução, é mantida toda a informação que consta no original. No entanto, a redundância é mantida, visto que *funções* e *tarefas* são sinónimos, o que faz com que o TC se mantenha ambíguo como o TP. Deste modo, foi importante encontrar uma forma tradutiva que permitisse transmitir a ideia do original de forma clara.

Solução:

Quer durante a minha formação no MTSL, quer ao longo da minha experiência na DGT, compreendi que, nos casos em que a qualidade do texto de partida não é a mais adequada, é fulcral produzir um texto de chegada claro. Para este exemplo, a tradução literal não seria uma solução tradutiva, visto que mantém o texto de chegada redundante e confuso. Por conseguinte, com o intuito de tentar clarificar a mensagem do TP, restruturei a frase da seguinte forma:

Texto de partida	**Texto de chegada**
The duties of the position depend on the trainee's specific assignment.	*As funções a desempenhar pelo estagiário dependem das tarefas específicas que lhe forem atribuídas.*

Neste texto de chegada é possível observar que foram realizadas algumas adições que não constam no original, com o intuito de tornar o texto mais fluido na sua leitura. Porém, com a informação que consta no original, não é possível ter a certeza de que é esta a ideia que o autor pretende transmitir e, por esse motivo, foi necessário confirmar.

Como já discutido no primeiro capítulo do relatório, por vezes os autores têm também um papel importante no processo de tradução, visto que podem esclarecer dúvidas que possam surgir durante o processo tradutivo. Deste modo, tomei a iniciativa de contactar o autor do texto, com o intuito de compreender a ideia que este pretendia transmitir neste excerto. Através deste contacto, compreendi que o autor pretendia transmitir a ideia de que não existem atividades padronizadas para todos os estagiários, uma vez que estas variam consoante o serviço ou unidade em que estes são colocados. Com este esclarecimento, obtive uma ideia muito mais nítida da mensagem pretendida e, desta forma, optei por reescrever o texto de chegada da seguinte forma:

Texto de partida	**Texto de chegada**
The duties of the position depend on the trainee's specific assignment.	*As funções atribuídas ao estagiário variam consoante o serviço ou unidade em que é colocado.*

Neste caso, o texto de chegada afasta-se da estrutura sintática do texto de partida e, além disso, a informação transmitida no TC é apresentada de forma mais clara comparativamente à que consta no TP, acrescentando algumas informações específicas que não constam no texto original; por esse motivo, a estratégia de tradução aqui utilizada pode ser definida como uma modulação, que se insere entre os procedimentos de tradução oblíqua descritos por Vinay e Darbelnet (Byrne, 2012: 118), uma vez que foi feita uma alteração da informação apresentada no TC relativamente à que consta no TP (*ibidem*: 122).

Para este caso, optei por dar prioridade ao esclarecimento do autor e afastar-me da forma como a mensagem havia sido transmitida no excerto em questão. Foi assim possível expressar de forma clara a mensagem pretendida ao destinatário. Tomei esta decisão uma vez que, consoante aquilo que tenho vindo a aprender ao longo da minha

formação, o processo de tradução não implica apenas traduzir as palavras que constam no TP: é importante compreender o seu conteúdo semântico e transmiti-lo no texto de chegada, mesmo que a estrutura sintática e o léxico do TP sejam alterados no TC.

b) Especificação de sistema universitário no texto de partida

Durante a tradução deste panfleto, houve uma outra ocasião em que foi necessário contactar o autor para esclarecimento do significado do TP. O excerto que causou problemas surge numa secção do panfleto que explicita as habilitações académicas dos candidatos elegíveis para os estágios *Blue Book*:

Candidates must have completed the first cycle of a higher education course (university education) and obtained a full degree or its equivalent

Através da inserção de *university education* entre parêntesis como explicitação do tipo de *higher education*, surge uma problemática de equivalência no sistema educativo em Portugal. O ensino superior na cultura de chegada divide-se em dois tipos de educação superior: ensino universitário e ensino politécnico. Com a explicitação *university education*, é dado a entender que os candidatos poderão apenas possuir um diploma de ensino universitário, excluindo os titulares de um diploma de licenciatura no ensino politécnico. A meu ver, esta exclusão não faria sentido, uma vez que um titular de um diploma de ensino superior também poderá ter completado as suas habilitações académicas numa instituição politécnica. Por esse motivo, contactei novamente o autor, explicando sucintamente os tipos de ensino superior existentes em Portugal, a fim de confirmar se esta explicitação se referia, de facto, apenas ao ensino universitário ou se qualquer candidato licenciado, independentemente do tipo de ensino superior que frequentou, se poderia candidatar.

Através da resposta do autor, foi esclarecido que qualquer candidato que tenha concluído o primeiro ciclo do ensino superior se poderia candidatar, independentemente do tipo de ensino superior frequentado. Assim, obtive a seguinte tradução final:

Texto de partida	**Texto de chegada**
Candidates must have completed the first	*Os candidatos devem ter concluído o*

cycle of a higher education course (university education) and obtained a full degree or its equivalent	*primeiro ciclo de um curso superior e obtido o respetivo diploma ou um título equivalente*

Optei por omitir a tradução de *(university education)*, uma vez que poderia gerar confusão ao leitor ao inserir entre parêntesis *ensino universitário*, visto que tal poderia levar a que leitores titulares de um diploma de licenciatura no ensino politécnico não se candidatassem ao estágio. Por esse motivo, a fim de clarificar a intenção do autor, optei por proceder à omissão dessa informação.

3.2.2.3. SANTE-2019-80288-01-00

Direção-Geral: SANTE (Saúde e segurança dos alimentos)

N.º de páginas: 49

N.º de palavras: 13 378 (aprox.)

Referência do documento: SANTE-2019-80288[28]

Versão: 01-00

Tipo de texto: Documento de orientação para a aplicação de regulamento

Contexto: Trata-se de um documento que visa estabelecer orientações para a aplicação do Regulamento (CE) n.º 183/2005 que estabelece requisitos de higiene dos alimentos para animais.

Destinatário e objetivo: O texto é dirigido aos operadores das empresas do setor dos alimentos para animais, a fim de explicar os procedimentos a tomar para a aplicação do regulamento e, além disso, esclarecer dúvidas comuns colocadas pelos destinatários do texto.

Problemas/exigências:

a) **Coerência relativamente aos textos antecedentes**

Ao longo deste documento são feitas várias referências a atos legislativos previamente traduzidos e, como mencionado em secções anteriores, quando é referido um ato legislativo no texto em questão, é necessário verificar a terminologia utilizada nesses

[28] Versão em inglês: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019XC0705(01)&from=EN
Versão em português: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019XC0705(01)&from=EN

documentos antecedentes, para garantir a continuidade e coerência relativamente aos textos já publicados. Um exemplo para esta questão surge no seguinte excerto, que se encontra inserido numa secção do documento original com perguntas frequentes colocadas pelas autoridades competentes:

Texto de partida
How should Article 10(1)(b) of Regulation (EC) No 183/2005 — approval for premixtures productions be interpreted?

Em primeiro lugar, para este exemplo, há que ter em conta a referência *Article 10(1)(b) of Regulation (EC) No 183/2005*. De acordo com o Guia do Tradutor, «as subdivisões do artigo são citadas por ordem decrescente e separadas por uma vírgula» (Comissão Europeia, 2019: 33). Deste modo, para a tradução do exemplo supracitado, obtemos a citação com a seguinte redação: *artigo 10.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento (CE), n.º 183/2005*, seguindo deste modo as exigências estabelecidas pelo Guia do Tradutor, utilizado pelo DLP, na tradução das subdivisões dos artigos.

Após a tradução da referência acima descrita, foi necessário ter em atenção a terminologia utilizada no excerto *approval for premixtures productions.* À primeira vista, uma possível tradução para este excerto poderia ser *aprovação para a produção de pré-misturas.* Todavia, antes de tomar uma decisão, é necessário realizar uma pesquisa dos elementos aqui referenciados: primeiramente, procurar a versão portuguesa do *Regulamento (CE), n.º 183/2005* [29] no *EUR-Lex* e, posteriormente, identificar o *artigo 10.º, n.º 1, alínea b)* nesse mesmo regulamento. Esta pesquisa revela que a terminologia utilizada no regulamento original difere ligeiramente da utilizada neste exemplo, uma vez que é utilizada a expressão *manufacturing of premixtures* em vez de *production of premixtures.* Ao verificarmos a versão portuguesa desse mesmo regulamento, encontramos a expressão *fabrico de pré-misturas.* Assim, a questão que se coloca é se realizar uma tradução direta da terminologia presente no TP ou se adotar a que consta no documento legislativo citado.

[29] Versão em inglês: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32005R0183&from=EN
Versão em português: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32005R0183&from=EN

Constatei que, visto que se trata de uma referência a um documento legislativo, a fim de assegurar consistência e coerência na terminologia utilizada, a melhor opção tradutiva seria seguir a terminologia utilizada no ato legislativo referenciado, optando pela utilização de *fabrico* em vez de *produção* como tradução para *productions.* Deste modo foi obtida a seguinte tradução final:

Texto de partida	**Texto de chegada**
How should Article 10(1)(b) of Regulation (EC) No 183/2005 — approval for premixtures productions be interpreted?	*De que forma deve ser interpretado o artigo 10.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento (CE) n.º 183/2005 - aprovação para o fabrico de pré-misturas?*

b) Utilização de terminologia específica

Visto que se trata de um texto técnico, é utilizada linguagem especializada ao longo do texto. Muitos dos termos utilizados já se encontravam armazenados na memória interinstitucional *Euramis*, no entanto, para alguns casos, não havia correspondências já traduzidas que constituíssem as memórias de tradução, o que exigiu uma pesquisa *on-line* externa ao sistema das instituições europeias. É possível observar um exemplo para esta questão no seguinte trecho:

Texto de partida
Fishing baits designed to be scattered to attract fish to an area (often known as ground bait) are considered to fall within the definition of feed as covered by Regulation (EC) No 178/2002.

Aqui, é estabelecido um conceito para *fishing baits*, sendo depois definida uma designação para o mesmo: *ground bait.* Inicialmente, por motivos pragmáticos, decidi pesquisar a existência deste termo através do metamotor de pesquisa *Quest,* com vista a verificar se este termo já tinha ocorrido em traduções anteriores, podendo deste modo utilizar a sua tradução. Porém, não foram obtidos quaisquer resultados através desta pesquisa, o que me levou a realizar uma pesquisa externa ao sistema da UE.

Assim, segui um procedimento de pesquisa terminológica que foi já descrito na secção relativa ao projeto de terminologia que realizei durante o estágio: a pesquisa por imagens.

Através da descrição feita no texto de partida, sabia que *ground baits* são iscos que podem ser espalhados na água com o intuito de atrair peixes para a sua pesca; porém, não tinha noção do seu aspeto físico. Com esta pesquisa por imagens, consegui compreender que se trata de um produto *granulado*. Deste modo, procurei obter uma tradução que transmitisse essa ideia, baseando-me no resultado das imagens obtidas pesquisando *iscos granulados*. Verifiquei, assim, que as imagens que surgem se assemelham às imagens obtidas na pesquisa de *ground baits*. Por conseguinte, a tradução final transmite a ideia do texto de partida da seguinte forma:

Texto de partida	**Texto de chegada**
Fishing baits designed to be scattered to attract fish to an area (often known as ground bait) are considered to fall within the definition of feed as covered by Regulation (EC) No 178/2002.	*Os iscos de pesca concebidos para serem espalhados de modo a atrair peixes para uma determinada área (conhecidos como iscos granulados) são abrangidos pela definição de alimentos para animais no âmbito do Regulamento (CE)* n.º 178/2002.

c) Redundâncias no original

O seguinte excerto surge numa secção do documento original que esclarece perguntas frequentes colocadas pelos operadores das empresas do setor dos alimentos para animais, como parte de uma resposta a uma questão que visa esclarecer se os vendedores que detêm empresas de negócio na Internet e que importam alimentos para animais de estimação, vendendo-os diretamente aos donos, são abrangidos « (...) pelo conceito de "venda a retalho" como previsto no artigo 2.º, n.º 2, alínea e), do Regulamento (CE) n.º 183/2005».

Texto de partida

On the other hand, if the activity of internet sales includes selling feed not only to final users but selling feed to other establishments, the Feed Hygiene Regulation shall apply.

Este excerto é um exemplo para o tipo de reiterações que podem ocorrer nos textos originais e que podem ser melhoradas no texto de chegada. Neste caso, a expressão *selling feed* é repetida, tornando o texto redundante. Por esse motivo, optei por eliminar essa repetição, utilizando a estratégia de contração durante a tradução, que visa remover informações que podem ser consideradas irrelevantes ou desnecessárias (Byrne, 2012: 125). Deste modo, a primeira ocorrência da expressão *selling feed* foi traduzida como *venda de alimentos para animais*, ao passo que, a segunda ocorrência da expressão no texto de partida foi omitida na tradução, visto que a oração que se segue constitui um complemento à informação antecedente. Ao reformular a frase no texto de partida, omitindo a repetição e mantendo o mesmo conteúdo semântico, obteríamos, por exemplo, *selling feed not only to final users but also to other establishments*. Desta forma, durante o processo de tradução, optei por ter em conta esta reformulação do TP, mantendo a mesma estrutura no TC:

Texto de partida	**Texto de chegada**
On the other hand, if the activity of internet sales includes selling feed not only to final users but selling feed to other establishments, the Feed Hygiene Regulation shall apply.	*Por outro lado, se a atividade de vendas na Internet incluir a venda de alimentos para animais não só a utilizadores finais, mas também a outros estabelecimentos, aplica-se o regulamento relativo à higiene dos alimentos para animais.*

3.2.2.4. PP-2019-01230-00-00

Direção-Geral: COMM (Comunicação)

N.º de páginas: 2,1

N.º de palavras: 573 (aprox.)

Referência do documento: PP-2019-01230 [30]

Versão: 00-00

Tipo de texto: Comunicado de imprensa

Contexto: Trata-se de um comunicado de imprensa da CE que teve por objetivo divulgar e dar a conhecer a série de eventos denominada *A season of classical films,* apoiada pela Comissão Europeia, que consistiu na exibição de vários filmes europeus em alguns países da Europa.

Destinatário e objetivo: O objetivo deste texto é não só fornecer informações relativamente aos eventos, mas também levar o leitor a participar nos eventos em questão. Por este motivo, o registo utilizado deve ser formal, seguindo as regras de redação interinstitucional e, ao mesmo tempo, apelativo, visto que se procura divulgar a série de eventos.

Problemas e procedimentos utilizados:

Ao longo desta tradução, foi aplicada uma das técnicas de tradução oblíqua defendidas por Vinay e Darbelnet, um conjunto de métodos tradutivos que exigem alterações a nível gramatical e lexical no TC, entre os quais os métodos de equivalência, de transposição, de modulação e de adaptação (*ibidem: 120)*.

Na tradução deste documento foi aplicado o método de transposição defendido por estes autores e, por esse motivo, descreverei de seguida um exemplo da sua aplicação e o raciocínio a ela subjacente. A transposição consiste num processo de tradução em que a classe das palavras que consta no texto de partida é alterada no texto de chegada (*ibidem:* 121). Esta metodologia foi aplicada num trecho em que são utilizados dois adjetivos para descrever o património cultural da Europa, presentes no seguinte excerto:

From tomorrow until the end of September, classic films from across the EU will be screened free of charge in a wide variety of venues in 13 EU countries – from small towns to capital cities – highlighting Europe's rich and diverse cultural heritage.

O trecho final *highlighting Europe's rich and diverse cultural heritage* é utilizado para complementar a informação presente anteriormente na frase: uma breve descrição dos eventos, o período em que estes decorrerão e o tipo de cidades em que ocorrerão,

[30] Versão em inglês: https://europa.eu/rapid/press-release_IP-19-3430_en.htm
Versão em português: https://europa.eu/rapid/press-release_IP-19-3430_pt.htm

salientando a ideia de que é valorizada a diversidade cultural na Europa, quer em metrópoles, quer em pequenas cidades, e funcionando como um apelo e valorização da série de eventos *A season of classical films* (em português: *Época dos clássicos do cinema*) apoiada pela Comissão Europeia. Deste modo, é importante que a tradução deste trecho transmita esta ideia de valorização das diferentes culturas da Europa.

Caso procurássemos manter uma tradução literal da expressão final da frase, obteríamos o seguinte texto de chegada:

Texto de partida	**Tradução literal**
From tomorrow until the end of September, classic films from across the EU will be screened free of charge in a wide variety of venues in 13 EU countries – from small towns to capital cities - ***highlighting Europe's rich and diverse cultural heritage.***	*A partir de amanhã e até ao final de setembro, vários filmes clássicos europeus serão exibidos gratuitamente através de 13 países da UE, num grande número de espaços situados tanto em pequenas cidades como em capitais,* ***realçando o património cultural rico e diverso da Europa.***

É possível observar que, com esta tradução literal, os adjetivos *rich* e *diverse* utilizados no texto de partida são mantidos no texto de chegada como *rico* e *diverso*. Todavia, esta utilização adjetival não funciona tão bem em português como funciona em inglês. Apesar de sa ideia do original ser mantida na tradução literal, o seu resultado é pouco natural na língua portuguesa e, por razões estilísticas, a transposição dos adjetivos *rico* e *diverso* para *riqueza* e *diversidade* resulta numa frase final mais natural e, além disso, que enfatiza a ideia do texto de partida: salientar a variedade cultural dos vários países europeus.

Assim, a fim de manter o impacto que esta frase final tem no texto de partida, optei por recategorizar os adjetivos, através do processo de nominalização, transformando os adjetivos em nomes:

Texto de partida	Tradução literal	Texto de chegada	Revisão (final)
Highlighting Europe's rich and diverse cultural heritage.	*Realçando o património cultural rico e diverso da Europa.*	*Realçando a riqueza e a diversidade do património cultural da Europa.*	*Realçando a riqueza e a diversidade do património cultural ~~da Europa~~ europeu.*

Com o processo de transposição, foi possível transmitir a mensagem presente no TP através do TC, uma vez que a utilização dos substantivos *riqueza* e *diversidade* permite manter de forma mais fiel o impacto que os adjetivos *rich* e *diverse* têm no TP.

Além disso, na revisão deste texto, o revisor sugeriu também a utilização do processo de transposição de forma inversa, tornando o substantivo *Europa*, no adjetivo *europeu*. Desta forma, foi simplificada a frase, visto que o adjetivo *europeu* não exige a utilização da preposição *de*, o que torna o enunciado ainda mais apelativo e fluido aquando da sua leitura.

3.2.2.5. GROW-2017-01138-00-22

Direção-Geral: GROW (Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME)

N.º de páginas: 1,2

N.º de palavras: 330 (aprox.)

Referência do documento: GROW-2017-01138

Versão: 00-22

Tipo de texto: Guia para a utilização de um *website*

Contexto: Trata-se de uma secção de um guia de utilização do Portal de Notificação de Produtos Cosméticos (CPNP), para ser acrescentada ao guia já existente[31]. O CPNP é um portal desenvolvido pela Comissão Europeia que visa permitir a introdução por via eletrónica de informações relativas a certos produtos cosméticos antes de estes serem colocados no mercado. Esta secção visa explicar a forma como as organizações

[31] Disponível em: http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/29563/attachments/1/translations/

utilizadoras do portal poderão proceder a fim de realizar a transferência de produtos cosméticos entre organizações da indústria em questão.

Destinatário e objetivo: O texto de partida dirige-se às autoridades responsáveis pela indústria dos cosméticos, bem como aos seus distribuidores. Por se tratar de um guia de utilização, o seu registo é descritivo, explicando os procedimentos a adotar para realizar a ação pretendida.

Problemas/exigências:

Um dos principais problemas na tradução deste documento foi a obtenção de contexto. Este documento constitui um excerto de texto que visa ser acrescentado ao guia acima descrito, porém, as únicas informações contidas no texto são descrições para a realização de ações num portal que me era, à primeira vista, desconhecido.

Neste documento, é apresentada uma secção com o título *Moving products between organizations*, e de seguida é descrita a forma como proceder num determinado *website* ou *software* para a transferência de determinados produtos entre determinadas organizações apresentando descrições como: *In the **Admin** menu, select **Move** products*. No entanto, foram várias as questões que surgiram aquando da realização desta tradução: qual o tipo de produtos que estão a ser referidos e qual o tipo de organizações.

De forma a tentar obter algum contexto para proceder à tradução deste documento, verifiquei a *jobsheet* que me foi fornecida para esta tradução, tendo constatado que o título do documento era *CPNP User Manual*. Deste modo, compreendi que se tratava de uma secção de um manual de utilização para o sistema *CPNP*.

Em primeiro lugar, com esta informação e através da realização de alguma pesquisa, descobri que se tratava de produtos de cosmética, visto que CPNP, neste caso, é a sigla utilizada para *Cosmetic Products Notification Portal*. Contudo, foi ainda necessário compreender de forma clara qual o tipo de organizações que deveriam utilizar este portal. Assim, consultei o sistema *Tradesk* e, através de um documento de referência (o manual ao qual esta secção deveria ser acrescentada), constatei que se tratava de organizações relacionadas com a indústria da cosmética.

Desta forma, tive a possibilidade de, em primeiro lugar, compreender o objetivo do documento e, em segundo lugar, o seu público-alvo. Além disso, foi ainda necessário

examinar a terminologia utilizada no portal *on-line* e, desse modo, ocorreu-me aceder ao *website* para analisar a sua interface, visto que seria importante compreender se a página se encontrava traduzida para português. Caso contrário, seria necessário manter a terminologia na língua de partida. Contudo, como não fazia parte de nenhuma destas organizações, não tinha acesso ao *website.*

Desta forma, a melhor opção que considerei na altura foi examinar a terminologia utilizada no guia em português, a fim de verificar se a versão portuguesa do guia já apresentava a tradução de *Admin* e *Move,* utilizando dessa forma a terminologia da tradução já realizada, ou, caso contrário, se deveria manter os termos em inglês.

Por fim, através desta última pesquisa, foi possível constatar que a interface se encontrava traduzida; porém, alguns elementos da interface foram mantidos com a mesma redação do texto de partida, como é o caso de ***Admin*.** Deste modo, seguindo a terminologia utilizada na versão portuguesa do guia, obteve-se a seguinte tradução final:

Texto de partida	**Texto de chegada**
In the ***Admin*** *menu, select* ***Move*** *products.*	*No menu* ***Admin****, selecione* ***Transferir produtos****.*

Este processo de pesquisa foi crucial para a obtenção de contexto e para a utilização da terminologia adequada. Com este exemplo, caso não tivesse verificado o conteúdo do guia, poderia ter traduzido *admin* como, por exemplo, *administrador*, o que poderia induzir o leitor em erro na realização da ação de transferência de produtos no portal da CPNP.

A tradução deste documento foi um dos exemplos que me permitiu constatar a fundamental importância do contexto no processo tradutivo. Para este caso em concreto, optei por não iniciar de imediato a tradução, com vista a obter o máximo de informação possível para ter a possibilidade de utilizar a terminologia adequada e também para compreender o público a que o texto se destinava.

3.2.2.6. SANTE-2018-96525-00-99

Direção-Geral: SANTE (Saúde e segurança dos alimentos)

N.º de páginas: 3

N.º de palavras: 869 (aprox.)

Referência do documento: SANTE-2018-96525[32]

Versão: 00-99

Tipo de texto: Excerto de um relatório

Contexto: O desafio de tradução abaixo apresentado faz parte de um resumo de uma parte de um relatório de auditoria realizado pela DG SANTE, relativo à segurança dos alimentos importados para a União Europeia provenientes de países terceiros. Trata-se de um excerto de um relatório de síntese, que teve por objetivo verificar se os Estados-Membros da UE aplicaram os controlos especiais das importações de produtos alimentares de forma adequada, de acordo com os requisitos exigidos pela CE.

Destinatário e objetivo: O destinatário deste documento poderá ser qualquer leitor que procure obter informações sobre a forma como os alimentos são controlados na União Europeia. O objetivo é auxiliar os visitantes do *website* onde consta o relatório de auditoria completo (em inglês), para uma melhor compreensão do seu conteúdo.

Problemas/exigências:

Um dos problemas encontrados na tradução deste documento relaciona-se com o seguinte excerto na língua de partida:

This report presents an overview of the main findings of European Commission audits in 12 Member States in 2015 and 2016 that focused on how Member States were implementing two particular types of import controls: 'enhanced controls' and 're-enforced checks'.

O texto de partida faz uma clara distinção entre dois conceitos: o de *enhanced controls* e o de *re-enforced checks.* O primeiro passo dado para procurar uma solução tradutiva para ambas as designações foi uma pesquisa na memória *Euramis.* Porém, o resultado obtido não foi esclarecedor, uma vez que ambos os termos se encontravam traduzidos como *controlos reforçados.* Como já várias vezes referido, é importante seguir a terminologia utilizada nas traduções anteriores que constam no *Euramis*. Porém, para

[32] Relatório original em inglês e tradução do excerto do relatório em português disponível em: http://ec.europa.eu/food/audits-analysis/overview_reports/details.cfm?rep_id=129

este caso, era fundamental fazer uma distinção clara entre as duas designações, uma vez que são termos que representam conceitos diferentes.
Por esse motivo, foi necessário estabelecer duas designações diferentes em português para os diferentes conceitos. Para tal, foi necessário verificar e compreender as definições para as designações esclarecidas no texto original:

a) Enhanced controls

Certain types of food and feed are more likely to pose specific risks to human or animal health and, as such, are subject to special import conditions. These are commonly known as 'enhanced controls', and usually consist in a higher frequency of checks being applied to the concerned commodities (whether of animal or non-animal origin) and in special import conditions being imposed on them.

Na análise desta primeira definição, é possível compreender que se trata de controlos realizados com maior frequência, devido ao facto de alguns alimentos terem uma maior probabilidade de constituir riscos específicos para saúde humana e animal. Deste modo, a solução tradutiva para *enhanced controls* foi *controlos mais rigorosos*, com vista a transmitir a ideia de se trata de alimentos que necessitam de especial atenção no controlo da sua importação, por serem mais suscetíveis de constituir riscos para a saúde.

b) *Re-enforced controls*

(...) where import controls on food or feed of animal origin from a certain third country or a certain producer in a third country give grounds to believe that Union veterinary legislation has been seriously or repeatedly infringed, a system of 're-enforced checks' has to be applied by the Member States. This involves detaining and subjecting the next ten consignments from that country or producer to more stringent checks, where appropriate including laboratory tests, at the border, no matter where in the EU the consignments are presented for import.

Na análise desta segunda definição, é possível constatar que se trata de controlos mais aprofundados da importação de alimentos provenientes de países terceiros que levem a considerar que tenha ocorrido uma infração da legislação da UE e que requerem,

quando necessário, a sua retenção e análise laboratorial. Deste modo, a solução tradutiva para *re-enforced checks* foi *controlos reforçados.*

Segue-se a solução final obtida:

Texto de partida	**Texto de chegada**
This report presents an overview of the main findings of European Commission audits in 12 Member States in 2015 and 2016 that focused on how Member States were implementing two particular types of import controls: 'enhanced controls' and 're-enforced checks'.	*Este relatório apresenta uma visão geral das conclusões principais das auditorias da Comissão Europeia em 12 Estados-Membros em 2015 e 2016 que se focaram na forma como os Estados-Membros implementaram dois tipos particulares de controlos à importação: «controlos mais rigorosos» e «controlos reforçados»*

Apesar de se tratar de designações semelhantes, esta diferenciação foi necessária na tradução, visto que o texto original define estes dois termos de forma diferente e não seria lógico estabelecer definições diferentes para a mesma designação.

Conclusão

Ao longo do presente relatório foram discutidos vários pontos relativos ao meu estágio na Comissão Europeia. No primeiro capítulo, foi explicado o motivo da escolha do estágio e o processo de candidatura; as várias especificidades desta instituição europeia e o papel que a tradução tem no seu funcionamento; além disso, foi discutido o impacto do inglês utilizado como língua franca e as estratégias de tradução na Direção-Geral da Tradução. O segundo capítulo visou apresentar todo o processo do estágio, incluindo as sessões de introdução dos estagiários à instituição, as formações frequentadas, as visitas de estudo e os projetos organizados juntamente com os outros estagiários. Por fim, no terceiro capítulo, foram apresentados exemplos de desafios de tradução e os procedimentos para o seu solucionamento, bem como o projeto de terminologia desenvolvido com a equipa de linguistas do Departamento de Língua Portuguesa.

A realização deste estágio revelou-se uma excelente oportunidade para aplicar alguns dos conhecimentos que adquiri ao longo da minha formação no MTSL e, pela primeira vez, pude entrar em contacto com o mundo profissional da tradução. Através desta experiência tive a possibilidade de compreender o que significa ser tradutor numa instituição europeia e as responsabilidades que advêm dessa função. Tive a oportunidade de realizar traduções *reais* que, de alguma forma, representaram a CE através da língua portuguesa, algo que não poderia ter vivenciado em qualquer outro lugar. Além disso, pude igualmente participar em dois projetos de terminologia, um deles desenvolvido com a equipa linguística do DLP, sediada em Bruxelas, e outro na unidade PT.2, no Luxemburgo, no qual criei um glossário a partir de um texto legislativo já traduzido anteriormente, integrando os termos especializados em inglês e os seus correspondentes em português. Adicionalmente, tive a possibilidade de realizar dois projetos SPO (avaliações de traduções realizadas no âmbito de um contrato entre uma determinada DG e uma agência de tradução), cujo objetivo foi verificar a adequação de duas traduções realizadas por agências de tradução que trabalhavam diretamente com algumas Direções-Gerais. Pela primeira vez pude também trabalhar com o francês como língua de partida, através da tradução de um pequeno texto.

No início do estágio, esperava ter a oportunidade de trabalhar com o alemão como língua de partida (por ser uma das línguas processuais da CE). Porém, esta oportunidade não se concretizou devido ao escasso número de originais redigidos em alemão. Além disso, esperava ter a oportunidade de realizar tarefas de revisão, uma atividade que, contudo, acabei por não realizar. Apesar destes dois fatores menos positivos, este estágio permitiu-me desenvolver inúmeras técnicas de tradução e de pesquisa terminológica trabalhando com o inglês como língua de partida.

Um dos fatores que considero mais marcantes foi ter tido a oportunidade de aprender com profissionais extremamente experientes e possuidores de uma sabedoria que me fez procurar absorver o máximo de conhecimentos possível através dos seus ensinamentos. Fui inserida numa equipa que se mostrou sempre ao dispor para me auxiliar em quaisquer dificuldades que surgissem e, da mesma forma, uma equipa que me deu dicas e conselhos para o trabalho de tradução e também de terminologia.

Com este estágio, consegui compreender as especificidades da tradução não só na Comissão Europeia, mas também a sua ligação com todas as outras instituições europeias e, nomeadamente, a sua grande importância no funcionamento da UE. Ter estagiado na DGT permitiu-me adquirir novos conhecimentos relativos à tradução, o que considero que se tornará extremamente útil no meu futuro profissional.

Além disso, vivenciei uma experiência internacional única, onde tive a possibilidade de entrar em contacto com pessoas de toda a Europa, quer no grupo de estagiários, quer no próprio país onde fui acolhida: o Luxemburgo, um país multilingue. Desta forma, fui forçada a falar algumas das minhas línguas estrangeiras no dia-a-dia, algo que para mim teve um valor inigualável.

Embora, inicialmente, considerasse a ideia de traduzir para a Comissão Europeia um pouco intimidante, esta experiência despertou em mim uma grande paixão pela tradução, por todos os procedimentos envolvidos, pela pesquisa de informação e de terminologia, a fim de entregar a mensagem da melhor forma possível ao leitor.

Tenho noção de que, fora da Comissão Europeia e das outras instituições, os desafios de tradução diferem bastante dos que surgem na tradução para a CE. Fora das instituições,

não há acesso ao *Euramis* nem a outros sistemas internos e, possivelmente, o solucionamento dos problemas que surgem aquando do processo de tradução poderá demorar mais tempo, desde o processo de pesquisa terminológica à adaptação de linguagem utilizada nos textos de chegada – não há um *código de redação* comum para todas as empresas e é necessário cumprir as exigências de utilização terminológica e de redação dos diferentes clientes.

No entanto, apesar de ter noção das especificidades da tradução na DGT comparativamente às traduções realizadas em agências de tradução ou em regime *freelance*, esta experiência fez-me entender o papel crucial do tradutor nos dias que correm. Após estes meses de estágio, trouxe comigo conhecimentos que considero de extrema importância a nível profissional e, acima de tudo, memórias de uma experiência única que, sem dúvida, marcaram a minha perspetiva relativamente à União Europeia e à importância que a tradução tem para o seu bom funcionamento.

Com esta experiência, pude compreender que é a tradução que permite interligar o mundo multilíngue e multicultural no qual habitamos, quebrando as barreiras provenientes das diferenças culturais e linguísticas: esta é uma missão da qual pretendo fazer parte no futuro.

Referências bibliográficas

Albl-Mikasa, M. (2018) *ELF and translation/interpreting*. Em *The Routeledge Handbook of English as a Lingua Franca*. Nova Iorque: Routledge. Pp. 369 – 381

Balič, T. (2016) *Attitudes towards Euro-English in a European Union Institution.* Disponível em: https://revije.ff.uni-lj.si/elope/article/view/4883/6827. Consultado: 18/08/2019

Biel, L. (2017) *Quality in institutional EU translation: Parameters, policies and practices*. Em *Quality aspects in institutional translation*. Berlim: Language Science Press. Pp. 31-57. Disponível em: http://langsci-press.org/catalog/book/181. Consultado: 05/04/2019

Byrne, J. (2012) *Scientific and Technical Translation explained*. Nova Iorque: Routledge

Cabré, M. (1999) *Terminology – Theory, methods and applications* - Vol I. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company

Cabré, M. (2010) *Terminology and translation*. Em: Gambier, Y. e Doorslaer (eds.), Handbook of Translation Studies - Vol. I. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company. Pp. 356-365

Čavoški, A. (2017) *Interaction of law and language in the EU: Challenges of translating in multilingual environment*. Birmingham: The Journal of Specialised Translation. N.º 27. Pp. 58-74.

Comissão Europeia (2008) *Translation Tools and Workflow*. Disponível em: http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/database/000042001-000043000/000042870.pdf. Consultado: 13/05/2019

Comissão Europeia (2011) *English as a lingua franca: chimera or reality?*. Disponível em: https://translationjournal.net/images/e-

Books/PDF_Files/Lingua%20Franca%20Chimera%20or%20Reality.pdf. Consultado: 13/08/2019

Comissão Europeia (2014) *Tradução e Multilinguismo.* Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia

Comissão Europeia (2019) *Comissão Europeia*. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies/european-commission_pt#em-s%C3%ADntese . Consultado: 28/04/2019

Comissão Europeia (2019) *eTranslation.* Disponível em: https://ec.europa.eu/cefdigital/wiki/display/CEFDIGITAL/Media+library+-+Infographics?preview=/82773424/84413846/eTranslation_English.pdf. Consultado: 16/08/2019

Comissão Europeia (2019) *Guia do Tradutor.* Disponível em: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/styleguide_portuguese_dgt_pt.pdf. Consultado: 15/08/2019

Comissão Europeia (2019) *Regulamentos, diretivas e outros atos legislativos*. Disponível em: https://europa.eu/european-union/eu-law/legal-acts_pt. Consultado: 20/05/2019

Comissão Europeia (2019) *Translation in Figures 2019.* Luxemburgo: Serviço das Publicações

Correia, P. (2007) *IATE: terminologia interativa para a Europa.* Disponível em: https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha25_pt.pdf. Consultado: 19/08/2019

Cruz, M. (2007) *EUR-Lex: acesso ao Direito da União Europeia.* Disponível em: https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha25_pt.pdf. Consultado: 20/08/2019

Foreign Trade Online (2019) *Harmonized System Codes (HS Code 2017 - Current).* Disponível em: https://www.foreign-trade.com/reference/hscode.htm. Consultado: 10/08/2019

Gambier, Y. (2010) *Translation strategies and tactics*. Em *Handbook of Translation Studies– Volume I*, Amsterdão/Nova Iorque: John Benjamins.

IATE (2019) *About IATE.* Disponível em: https://iate.europa.eu/about. Consultado: 18/08/2019

IATE (2019) *Number of terms*. Disponível em: https://iate.europa.eu/home. Consultado: 21/08/2019

Modiano, M. (2001) *A new variety of English.* Em *English today* 68, Vol. 17, N.º 4. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 13 – 14

Mollin, S. (2006) *English as a Lingua Franca: A New Variety in the New Expanding Circle?* Gotemburgo: Nordic Journal of English Studies. Vol. 5, N.º 2, Pp. 41-57

Parlamento Europeu (2014) *Implementation of Euramis in DG TRAD.* Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/budg/dv/2010_c4_implem_euramis_dgtrad_/2010_c4_implem_euramis_dgtrad_en.pdf. Consultado: 16/05/2019

Reiss e Vermeer (1984) *Towards a General Theory of Translational Action – Skopos Theory Explained.* Nova Iorque: Routeledge

Santos, H. (2019) *Traduzir com contexto: o caso das tabelas.* Disponível em: https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha60_pt.pdf. P. 16.

Šarčević, S. (1988) *Terminological Incongruency in Legal Dictionaries for Translation.*Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/Terminological-Incongruency-in-Legal-Dictionaries-

%C5%A0ar%C4%8Devi%C4%8D/e01d5591ff6bcb8faa523cca243407b80661e51b. Consultado: 09/07/2019

Sosoni, V. e Biel, L. (2018) *EU Legal Culture and Translation.* Disponível em: https://www.languageandlaw.eu/jll/article/view/46. Consultado: 29/07/2019

Tribunal de Contas Europeu (2016) *Misused English words and expressions in EU publications.* Disponível em: https://www.eca.europa.eu/Other%20publications/EN_TERMINOLOGY_PUBLICATION/EN_TERMINOLOGY_PUBLICATION.pdf. Consultado: 19/08/2019

Wagner, E.,Bech, S. e Martínez, J. (2014) *Translating for The European Union Institutions.*Nova Iorque: Routeledge

Atos legislativos referidos:

Regulamento n.º 1 que estabelece o regime linguístico da Comunidade Económica Europeia, com a última redação que lhe foi dada pelo Regulamento (UE) n.º 517/2013 do Conselho, de 13 de maio de 2013; https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/1958/1(1)/2013-07-01. Consultado: 15/07/2019

Tratado da União Europeia disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF. Consultado: 20/07/2019

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF. Consultado: 16/08/2019

Autoria de imagens:

Figura 3: Shimano (2017) *Pedaleira dianteira.* Disponível em: https://si.shimano.com/pdfs/dm/DM-UAFC001-01-POR.pdf. Consultado: 09/09/2019

Figura 4: IATE (2019) *Tubo frontal*. Disponível em: https://iate.europa.eu/entry/result/3581330/en-la-mul-pt. Consultado: 15/08/2019

Anexos

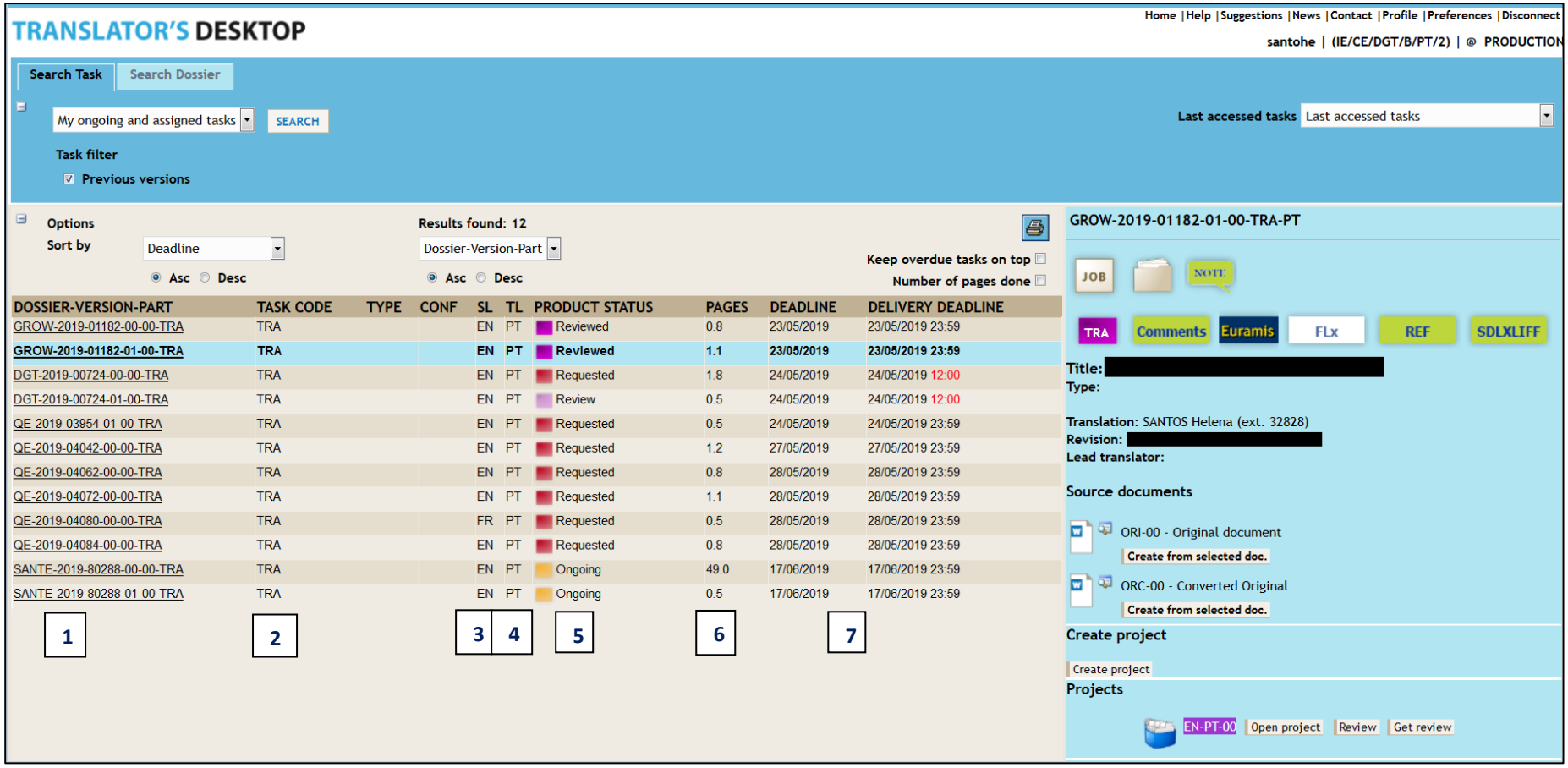
Anexo I – Lista de atividades realizadas

Referência	N.º de Páginas	Língua de Partida
COMP-2017-00042(00)-08-TRA-PT	3,5	EN
COMP-2019-00048(01)-03-TRA-PT	0,5	EN
COMP-2019-00460(00)-02-TRA-PT	1,6	EN
COMP-2019-00596(00)-00-TRA-PT	12,7	EN
COMP-2019-00626(00)-00-TRA-PT	15,4	EN
COMP-2019-00626(00)-01-TRA-PT	2,6	EN
COMP-2019-00626(00)-02-TRA-PT	3,2	EN
DGT-2019-00724(01)-00-TRA-PT	1,8	EN
DGT-2019-00724(01)-00-TRA-PT	0,5	EN
DGT-2019-00724(03)-00-TRA-PT	0,5	EN
EAC-2019-00132(00)-00-TRA-PT	0,5	EN
EAC-2019-00134(00)-00-TRA-PT	2,6	EN
EAC-2019-00190(01)-00-TRA-PT	0,5	EN
EAC-2019-00190(01)-00-TRA-PT	2,3	EN
EMPL-2019-00524(00)-00-TRA-PT	1,5	EN
EMPL-2019-00734(01)-00-TRA-PT	0,5	EN
EMPL-2019-00734(01)-00-TRA-PT	1,7	EN
EMPL-2019-00734(02)-00-TRA-PT	0,5	EN
EMPL-2019-00734(03)-00-TRA-PT	0,5	EN
EMPL-2019-00780(00)-00-TRA-PT	25,8	EN
EMPL-2019-01086(00)-00-TRA-PT	2	EN
EMPL-2019-01138(00)-00-TRA-PT	12,3	EN
EMPL-2019-80026(00)-00-TRA-PT	1	EN
EMPL-2019-80026(00)-01-TRA-PT	0,8	EN
ESTAT-2019-80024(01)-00-TRA-PT	0,6	EN
ESTAT-2019-80024(01)-00-TRA-PT	4,3	EN
GROW-2017-01138(00)-22-TRA-PT	1,2	EN
GROW-2019-00630(00)-00-TRA-PT	1,1	EN
GROW-2019-00630(01)-01-TRA-PT	4,5	EN
GROW-2019-00630(01)-01-TRA-PT	0,5	EN
GROW-2019-00742(00)-00-TRA-PT	0,5	EN
GROW-2019-00866(00)-00-TRA-PT	0,5	EN
GROW-2019-00932(01)-00-TRA-PT	7,1	EN
GROW-2019-00932(01)-00-TRA-PT	12,6	EN

GROW-2019-00976(00)-00-TRA-PT	8,4	EN
GROW-2019-01182(01)-00-TRA-PT	1,1	EN
GROW-2019-01182(01)-00-TRA-PT	0,8	EN
GROW-2019-01280(00)-00-TRA-PT	19,6	EN
GROW-2019-01474(00)-00-TRA-PT	3,4	EN
GROW-2019-01474(00)-01-TRA-PT	2,9	EN
GROW-2019-01594(00)-00-SPO-PT	3	EN
GROW-2019-01596(00)-00-SPO-PT	1	ET
GROW-2019-80142(00)-00-TRA-PT	2,6	EN
GROW-2019-80142(00)-00-TRA-PT	2,6	EN
GROW-2019-80142(00)-01-TRA-PT	0,5	EN
GROW-2019-80142(00)-01-TRA-PT	0,5	EN
MOVE-2019-00414(00)-00-TRA-PT	2,2	EN
MOVE-2019-00414(01)-00-TRA-PT	0,5	EN
MOVE-2019-01318(00)-00-TRA-PT	9,7	EN
MOVE-2019-40032(00)-00-TRA-PT	0,6	EN
MOVE-2019-80048(00)-00-TRA-PT	1,3	EN
PP-2019-00654(00)-00-TRA-PT	1,1	EN
PP-2019-01008(00)-00-TRA-PT	2,2	EN
PP-2019-01230(01)-00-TRA-PT	0,9	EN
PP-2019-01230(01)-00-TRA-PT	2,1	EN
PP-2019-01248(00)-00-TRA-PT	2,3	EN
PP-2019-01420(00)-00-TRA-PT	2,4	EN
QE-2019-01714(00)-00-TRA-PT	0,6	EN
QE-2019-01858(00)-00-TRA-PT	1,1	EN
QE-2019-01966(00)-00-TRA-PT	0,9	EN
QE-2019-02176(00)-00-TRA-PT	1,4	EN
QE-2019-02540(00)-00-TRA-PT	0,7	EN
QE-2019-02542(00)-00-TRA-PT	0,8	EN
QE-2019-02550(00)-00-TRA-PT	1,1	EN
QE-2019-02604(00)-00-TRA-PT	0,8	EN
QE-2019-02604(01)-00-TRA-PT	0,5	EN
QE-2019-02716(00)-00-TRA-PT	1,2	EN
QE-2019-02776(00)-00-TRA-PT	0,5	EN
QE-2019-02808(00)-00-TRA-PT	1,1	EN
QE-2019-03954(00)-00-TRA-PT	1	EN
QE-2019-03954(01)-00-TRA-PT	0,5	EN
QE-2019-04042(00)-00-TRA-PT	1,2	EN
QE-2019-04062(00)-00-TRA-PT	0,8	EN
QE-2019-04062(01)-00-TRA-PT	0,5	EN

QE-2019-04072(00)-00-TRA-PT	1,1	EN
QE-2019-04080(00)-00-TRA-PT	0,5	FR
QE-2019-04084(00)-00-TRA-PT	0,8	EN
QE-2019-04258(00)-00-TRA-PT	0,5	EN
QE-2019-04380(00)-00-TRA-PT	0,5	EN
SANTE-2018-96525(00)-99-TRA-PT	3	EN
SANTE-2019-11300(00)-00-TRA-PT	7,2	EN
SANTE-2019-80288(01)-00-TRA-PT	0,5	EN
SANTE-2019-80288(01)-00-TRA-PT	49	EN
SANTE-2019-80288(02)-00-TRA-PT	0,5	EN
TAXUD-2014-00314(00)-02-TRA-PT	1,2	EN
TAXUD-2018-00545(00)-03-TRA-PT	0,5	EN
TAXUD-2018-00571(00)-01-TRA-PT	1,5	EN
TAXUD-2019-00600-ERR-TRA-PT	0,5	PT
TAXUD-2019-00666(00)-00-TRA-PT	10,2	EN
TAXUD-2019-00702(00)-00-TRA-PT	6,3	EN
TAXUD-2019-80072(00)-00-TRA-PT	0,5	EN
TAXUD-2019-80072(00)-01-TRA-PT	1,1	EN
TRADE-2019-00180(00)-00-TRA-PT	1	EN
TRADE-2019-00182(00)-00-TRA-PT	1	EN
TRADE-2019-00184(00)-00-TRA-PT	1	EN
TRADE-2019-00186(00)-00-TRA-PT	1,3	EN
TRADE-2019-80118(00)-00-TRA-PT	1,2	EN
TRADE-2019-80118(01)-00-TRA-PT	0,5	EN
TRADE-2019-80118(02)-00-TRA-PT	0,7	EN
TRADE-2019-80138(00)-00-TRA-PT	7,8	EN
TRADE-2019-80138(00)-01-TRA-PT	3,5	EN

Anexo II - *Tradesk*



O *Tradesk* (*Translator's Desktop*) é o sistema a partir do qual os tradutores da DGT podem iniciar os seus projetos de tradução. Aqui, são listados os códigos correspondentes aos documentos a traduzir (1) ; o tipo de ação a realizar (2); a língua de partida (3) e a língua de chegada (4); o estado do documento (5); o n.º de páginas a traduzir (6) e o prazo de entrega (7).
Do lado direito, é possível encontrar ligações relativas ao documento em específico, entre as quais a *Jobsheet* (*JOB*); notas relativas ao documento em questão (*NOTE*); o estado da tradução indicado a cor respetiva (e.g. TRA a roxo, que indica que o doc. foi revisto); comentários provenientes da DG que solicitou a tradução relativamente à tradução do documento (*Comments*); estatísticas de correspondências no Euramis (*Euramis*); O link FLx, com informações pertinentes para a revisão de traduções externalizadas; documentos de referência (REF) e o ficheiro *.xliff* para abrir no *SDL Studio* (*SDLXLIFF*).
É também a partir do *Tradesk* que os tradutores podem realizar a função de edição, para a verificação da estrutura final do documento e também finalizar o documento para envio ao cliente.

Anexo III – Exemplo de uma *Job Sheet*

DGT JOB SHEET DGT FICHE DE TRAVAIL DGT JOB SHEET DGT FICHE DE TRAVAIL DGT JOB SHEET DGT FICHE DE TRAVAI

Translation unit: *DGT.B.PT.PT-2* *Arrival in unit: 09/04/2019 13:30*

Document	Vers	Part	Product	Target	Source Workload	Deadline	Hour	Imp	
EMPL-2019-00780	00	00	TRA	PT	EN 25.8	Friday 10/05/2019	23:59	!	

Other languages: *BG,CS,DA,DE,EL,ES,ET,FI,FR,HR,HU,IT,LT,LV,MT,NL,PL,RO,SK,SL,SV*

TITLE	

Text category	*20400*	*C*	Match rate 100%	PT	*13.35%*	Best lg.	*13.49%*
Outsourcing			Match rate 85-99%	PT	*1.52%*	Best lg.	*2.22%*
Transmission channel	*POETRY*		Internal repetition	*31.45%*			
Marked	*NO*		Pre-processing	*NA*			
Document delivery format	*XML*		SLA	*NA*			

Procedure/meeting	*--None--*		
Inter-service consultation			
Destination	*Public*	Interinstitutional procedure	*NO*

REQUESTER remarks:	PLANNING remarks:

REFERENCES		Pages	Type	Status	Personnel	Unit(s)
Versions	00/00	25.8	TRA	Closed	santohe	PT-2
Internal references						
External references						

Req. service: EMPL.G.4	Orig. service: EMPL	Planning sector:
Contact:		Administrator:
Assistant:		Assistant:
Authorised person:		Case handler:
Main return address:		Functional mailbox:

UNIT SPACE

TRA	QC	COMMENTS		
		Post-alignment to be done	YES	NO

Printed 03/07/2019 17:00 Page **1** of **1**

Anexo IV – Estatísticas das correspondências nas memórias de tradução no Tradesk

	Segments				Match rate	
	< 30 characters	30-99 characters	> 99 characters	Total segments	Characters	Segments
Source document	369	84	53	506		
EN-BG	362	27	3	392	33.7%	77.5%
EN-CS	358	29	3	390	34.0%	77.1%
EN-DA	361	29	3	393	34.3%	77.7%
EN-DE	364	29	3	396	34.4%	78.3%
EN-EL	363	29	3	395	34.4%	78.1%
EN-ES	360	29	3	392	34.2%	77.5%
EN-ET	359	28	3	390	33.9%	77.1%
EN-FI	362	29	3	394	34.4%	77.9%
EN-FR	363	29	3	395	34.4%	78.1%
EN-HR	347	28	3	378	33.3%	74.7%
EN-HU	363	28	3	394	34.2%	77.9%
EN-IT	361	29	3	393	34.2%	77.7%

A partir do *Tradesk* é possível verificar as estatísticas de correspondências que ocorrem num determinado documento a traduzir, tendo em conta a informação contida na memória de tradução *Euramis* para as várias LP e LC. Isto significa que, para alguns documentos, há segmentos ou expressões semelhantes a traduções previamente realizadas, que podem ser *recicladas* na tradução atual.

Anexo V – Tabela de peças de bicicletas: designação da peça; código do sistema harmonizado (SH) e valor de importação

Factor of Production	HS Code	Unit import value
Full frame	871491	65.63 EUR/piece
Crown for frame head tube	871491	7.63 EUR/kg
Gusset for frame	871491	7.63 EUR/kg
Hanger for frame	871491	7.63 EUR/kg
Parts to assemble on frame head tube	871491	7.63 EUR/kg
York for frame	871491	7.63 EUR/kg
Frame triangle	871491	7.63 EUR/kg
Frame accessory	871491	7.63 EUR/kg
Frame bridge	871491	7.63 EUR/kg
Accessory box	871499	9.15 EUR/kg
Alloy badge	831000	11.02 EUR/kg
Alloyed aluminium tube	760820	4.78 EUR/kg
Axle peg	871499	9.15 EUR/kg
B.B. parts	871499	9.15 EUR/kg
B.B. set	871499	9.15 EUR/kg
B.B. shell	871499	9.15 EUR/kg
B.B. axle	871499	9.15 EUR/kg
Bag	392321	2.20 EUR/kg
Bar end	871499	9.15 EUR/kg
Basket	871499	9.15 EUR/kg
Basket bracket	871499	9.15 EUR/kg
Battery	871499	9.15 EUR/kg
Bell	830610	12.47 EUR/kg
Brake	871494	7.48 EUR/kg
Brake cable	871494	7.48 EUR/kg
Brake cable housing	871499	9.15 EUR/kg
Brake inner wire	871494	7.48 EUR/kg
Brake lever	871494	7.48 EUR/kg
Brake pivot	871494	7.48 EUR/kg
Brake cable	871494	7.48 EUR/kg
Bridge	871499	9.15 EUR/kg
Cable guide	871499	9.15 EUR/kg
Cable stopper	871499	9.15 EUR/kg
Carbon fork blade	871491	7.63 EUR/kg

Factor of Production	HS Code	Unit import value
Carrier fixing nut	731816	5.55 EUR/kg
Carton	481910	1.11 EUR/kg
Chain	731511 or 871499	14.23 EUR/kg 9.15 EUR/kg
Chain adjuster	871499	9.15 EUR/kg
Chain cover bracket	871499	9.15 EUR/kg
Chain guard	871499	9.15 EUR/kg
Chain cover	392690	8.93 EUR/kg
Chaincover bracket	871499	9.15 EUR/kg
Chainwheel	871496	7.41 EUR/kg
CKD set	871499	9.15 EUR/kg
Corrugated board	480810	0.77 EUR/kg
Crank set	871499	9.15 EUR/kg
Decal	482110	7.77 EUR/kg
Derailleur cable	871499	9.15 EUR/kg
Derailleur protector cage	871499	9.15 EUR/kg
Disc for owner's manual	852349	335.30 EUR/kg
Disc mount bracket	871494	7.48 EUR/kg
Disk brake	871494	7.48 EUR/kg
Electric accessory	871499	9.15 EUR/kg
End cap for grip	871499	9.15 EUR/kg
Fender	871499	9.15 EUR/kg
Fork	871491	7.63 EUR/kg
Rear fork ends	871491	7.63 EUR/kg
Shifter / derailleur (front/rear)	871499	9.15 EUR/kg
Grip	871499	9.15 EUR/kg
Handle bar	871499	9.15 EUR/kg
Handlebar stem	871499	9.15 EUR/kg
Head set	871491 or 871499	7.63 EUR/kg 9.15 EUR/kg
Head tube	760820	4.78 EUR/kg
Hi-ten tubes	730451	1.97 EUR/kg
Hub	871493	15.53 EUR/kg
Hub cap	871499	9.15 EUR/kg
Inner tube	401320	0.93 EUR/piece
Joint	871499	9.15 EUR/kg
Kick-stand	871499	9.15 EUR/kg
Kickstand plate	871499	9.15 EUR/kg

Factor of Production	HS Code	Unit import value
Lights	851210	3.20 EUR/kg
Lock	830140	14.33 EUR/kg
Manual	491110	1.95 EUR/kg
Other accessories	871499	9.15 EUR/kg
Outer casing cap	871494	7.48 EUR/kg
Outer casing cap for brake	871494	7.48 EUR/kg
Packaging materials	392390	3.17 EUR/kg
Packing accessories	871499	9.15 EUR/kg
Paint	320820 or 320890	4.35 EUR/kg 3.81 EUR/kg
Paint bottle	701090	0.45 EUR/kg
Pedal	871496	8.93 pairs
Quick release	871499	9.15 EUR/kg
Rear carrier	871499	9.15 EUR/kg
Reflector bracket	871499	9.15 EUR/kg
Reflector	392690	8.93 EUR/kg
Rim	871492	3.01 EUR/kg
Rim set w/o tire & tube	871492	3.01 EUR/kg
Rim tape	401290	3.22 EUR/kg
Rivet	731816	5.55 EUR/kg
Rotor	871494	7.48 EUR/kg
Rotor/accessory parts for basket/accessory parts for fender	871499	9.15 EUR/kg
Saddle	871495	6.15 EUR/kg
Screw	731815	3.69 EUR/kg
Screw/bolt	731816	5.55 EUR/kg
Seat clamp	871499	9.15 EUR/kg
Seat collar	871499	9.15 EUR/kg
Seat post	871499	9.15 EUR/kg
Seat stay bridge	871499	9.15 EUR/kg
Shift lever	871499	9.15 EUR/kg
Shifter inner wire	871499	9.15 EUR/kg
Shifter outer cable	871499	9.15 EUR/kg
Spoke	871492	3.01 EUR/kg
Spoke protector	871499	9.15 EUR/kg
Sticker	391990	5.60 EUR/kg
Suspension	871499	9.15 EUR/kg
Suspension accessories	871499	9.15 EUR/kg

Factor of Production	HS Code	Unit import value
Tire	401150	2.75 EUR/piece
Tools	871499	9.15 EUR/kg
Tube	760820	4.78 EUR/kg
Valve	871499	9.15 EUR/kg
V-shape stay for fender	871499	9.15 EUR/kg
Water bottle fixing nut (boss)	731816	5.55 EUR/kg
Freewheel	871493	15.53 EUR/kg
Wheel sets	871493	15.53 EUR/kg
Training wheel	871499	9.15 EUR/kg
Wire	871494 or 871499	7.48 EUR/kg 9.15 EUR/kg

Anexo VI – Certificado de início de estágio

EUROPEAN COMMISSION
DIRECTORATE-GENERAL
HUMAN RESOURCES AND SECURITY
Directorate HR.D - Health & Wellbeing - Working Conditions
HR.D.1 Working Conditions & Wellbeing

Luxembourg, 1.3.2019

ATTESTATION DE STAGE / *TRAINEESHIP CERTIFICATE*

Il est certifié par la présente que / *This is to certify that*

Nom / *Surname:*	*SANTOS*
Prénom / *Forename:*	*Helena*
de nationalité / *Nationality:*	*Portuguese*
Date de naissance / *Date of Birth:*	*16/12/1994*

est stagiaire à la Commission européenne
is a trainee at the European Commission

à la Direction générale / *in Directorate-general:*	*DGT*
du / *from*	*1/3/2019*
au / *to*	*31/7/2019*

COMMISSION EUROPÉENNE HR.D.1 Conditions de travail & bien-être LUXEMBOURG

Sophie BELIN
for Koen BINON
Head of Unit

Commission européenne, 2920 Luxembourg, LUXEMBOURG - Tel. +352 43011
Office: DRB B2/99A - Tel. direct line +352 4301-33000
HR-LUX-VBB-TRAINEES@ec.europa.eu

Anexo VII – Certificado de finalização de estágio

European Commission

TRAINEESHIP CERTIFICATE

Helena SANTOS

completed in-service training in

the DG / Service: Translation Service

of the European Commission

from 01 March 2019 to 31 July 2019

Brussels, July 2019

Florencia VAN HOUDT
Head of Unit
Youth, Volunteer Solidarity
and Traineeships Office

Anexo VIII – Relatório de estágio redigido para a Comissão Europeia

EUROPEAN COMMISSION - COMMISSION EUROPEENNE
Directorate-General for Education and Culture - Direction générale de l'éducation et de la culture

Traineeships Office - Bureau des Stages

Luxembourg, 30/07/2019

In-service training report (filled in by the trainee)

Candidate number	662141
Name of the trainee	Helena SANTOS
Training period (from/to)	01/03/2019 - 31/07/2019
Directorate-General	Translation Service
Service	Portuguese-language unit 2
Name of the Adviser	Elisabete NUNES

Your main achievements:
(please list the tasks you accomplished; if you met difficulties, how did you sort them out, etc.)

During my traineeship in the Portuguese Department, PT.2, of the Directorate General for Translation of the European Commission, I had the opportunity of translating 101 documents and a total of 317.5 pages regarding the most diverse subjects, having translated for various DGs such as COMP, EAC, EMPL, GROW, MOVE, PP, QE, SANTE, TAXUD, TRADE, ESTAT and DGT. I translated public consultations, summaries, press releases, reports, answers to questions of the deputies of the EP, letters to citizens and Portuguese authorities, a guidance document, implementing regulations and also leaflets. Furthermore, I also had tasks other than translating, but within the field of languages, such as spot checks and terminology projects. Within the terminology projects, I could work with the terminology team based in Brussels, having had the possibility of also acquiring knowledge on the procedures of terminology and terminography.
The main challenges I faced during the translation projects I worked on were related with finding the right terminology, since in the beginning I didn't know how to exactly proceed, and therefore I needed to find the proper terminology I should use in the translations of the Commission. This challenge is followed by another challenge: the context that precedes the texts. In order to use the proper terminology, I needed to find the texts that were related with the ones I was translating, with a view to finding the terms that were chosen in the previous translations and, therefore, to use them in my own translations. Maintaining the coherence within the same text was also a challenge for me, and the best way I found to maintain it was using filters in the translation software and also create glossaries within the project in SDL Studio.
The best way I found to overcome most of the challenges was asking for advice to my colleagues in the unit and research as much as I could on-line: on Euramis, Doc-Finder, IATE and other resources that could help me improve my work in translation.
One of the factors that I believe were crucial for my improvement was the feedback from my colleagues and the time they took to help me understand the best translation techniques. Besides that, I also had the possibility of attending training courses during the traineeship through EU-Learn, which allowed me to acquire knowledge in various subjects and, therefore, improve the quality of my work.

Please give your opinion on:

Work content:
(Did it match your qualifications? Which were the skills you developed?)

In this traineeship I could apply the knowledge I acquired during my university studies, but I could also develop other capacities that I didn't have before. In the beginning of the traineeship, I attended training courses that introduced me to the translation workflow within the European Commission, which was something completely new for me. In addition, I learned about the internal databases used within the EU institutions such as Euramis, IATE and Doc-Finder, as well as the metasearch system Quest, having also learnt about the tool Legiswrite used for the formatting of legislative documents, tools that I find extremely useful for the work of translators. Even though I already had some knowledge on the use of the translation tool SDL Trados Studio, I could also attend training in this software, which was complementary to the knowledge I already had, since it provided me knowledge on functionalities that I didn't know about and that I found very useful for my work during the traineeship.
I also attended other courses that helped me understand the way the EU works and also the view of translation in the EC, such as "Standard Workflow for Translators", "EU institutions today", "Terminologia – modo de utilização", "Excellence in Translation", "The use of electronic corpora in translation", "The life cycle of a doc", "Neural Machine Translation", "Infossession: Commission Press Corner" and "Where drafting and translations interact".
Besides the trainings I attended in the EC through the platform EU-Learn, the Trainees Committee of Luxembourg has also organised many visits to the various EU institutions, and this has also helped me understand how the European Union works. I visited the European Parliament institutions (in Brussels, Strasbourg and Luxembourg); the European Commission in Brussels; the Court of Auditors; the Court of Justice; the Publications Office; the Council of the European Union; OLAF; the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions.
Within the group of trainees of the EC, I took part in three Subcommittees: the Careers Subcommittee, the Trips Subcommittee and the Languages Subcommittee. In the Careers Subcommittee, I participated in the organisation of the Interinstitutional Job Fair in Luxembourg, aimed for the trainees of all EU institutions interested in finding a job in Luxembourg. In the Trips Subcommittee I participated in the organisation of the Mid-Term Trip to Dublin, and also the Final Trip to Strasbourg, for all the EC Trainees in Luxembourg. Furthermore, with the Languages Subcommittee I gave Portuguese lessons to the other EC trainees in Luxembourg. With my participation in the Subcommittees, I could acquire organisational skills that will be very useful for me in the future.

Helena SANTOS

Helena Relvão Santos

Date and signature

Anexo IX – Relatório de estágio redigido pela supervisora da DGT

EUROPEAN COMMISSION - COMMISSION EUROPEENNE
Directorate-General for Education and Culture - Direction générale de l'éducation et de la culture

Traineeships Office - Bureau des Stages

Luxembourg, 29/07/2019

In-service training report (filled by the trainee's adviser)

Candidate number	662141
Name of the trainee	Helena SANTOS
Training period (from/to)	01/03/2019 - 31/07/2019
Directorate-General	Translation Service
Service	Portuguese-language unit 2
Name of the Adviser	Elisabete NUNES

Task description

During her traineeship, Ms. Santos translated 101 documents from English into Portuguese, totalling 317.5 pages and spanning a wide range of requesters, namely the following Commission DGs/services: COMM, COMP, EAC, EMPL, ESTAT, GROW, MOVE, SANTE, SG and TAXUD. Her assignments included general documents, such as letters, information leaflets, public consultations, answers to written questions from the European Parliament, but also more specialised texts, including legislative documents and technical reports.

Adviser's appreciation

Ms. Santos has fully accomplished her tasks according to the job description. As a trainee, she had the opportunity to integrate our team and fully experience a professional translation environment in an international organisation. Ms. Santos has shown a strong interest in her work and a very high sense of duty, demonstrated in the way she organised her work and respected the deadlines set. Her integration in our Portuguese translation unit was very smooth and she showed high commitment, team spirit and ability to work under pressure. Ms Santos showed great maturity in the way she interacted with all the other unit members. She acquainted herself quickly with DGT's translation workflow and how to use DGT tools and resources in order to deliver good quality translations. From the beginning of her traineeship, Ms. Santos followed an intensive IT training programme aimed at mastering the IT tools available at DGT and, later, used all those tools very efficiently to perform her tasks, namely SDL Studio, machine translation, as well as terminology and databases search. Ms. Santos also attended a diversified training programme, including talks and visits to the European Institutions, in order to improve her knowledge about the functioning and working practices of the institutions. She was also involved in two terminology projects: one in cooperation with the terminology team based in Brussels which involved a considerable amount of research, and the other within our unit in Luxembourg where she performed terminology extraction from bilingual resources. We were very happy with Ms. Santos 's performance and her integration in our unit's life. We believe that she will be a highly committed and contributive member in any organisation that she decides to join.

Elisabete NUNES

Date and signature

Commission européenne, B-1049 Bruxelles / Europese Commissie, B-1049 Brussel - Belgium. Telephone: (32-2) 299 11 11.
Office: J-70 - 02/181 - Telephone: direct line (32-2) 299 23.59 - Internet: http://ec.europa.eu/stages